

PROJETO
PEDAGÓGICO
DO
CURSO DE BACHARELADO
EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS

DIRETOR

Pe. Agripino Ferreira de Assis

VICE-DIRETOR

Pe. Janilson Rolim Veríssimo

COORDENADORA DO CURSO

Prof.^a Esp. Simone César de Farias

COORDENADORA DE ENSINO

Prof.^a Esp. Joelma Pereira Bezerra Dias

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação: Bacharelado em Ciências Contábeis

1.2. Total de vagas anuais: 100 (50 + 50)

1.3. Número de alunos por turma: 50

1.4. Turno de funcionamento: Noturno

1.5. Regime de Integralização: Créditos

1.6. Carga horária total: 3.080 horas

1.7. Atividades complementares: 200 horas

1.8. Integralização: limite mínimo 08 semestres e limite máximo 12 semestres

Endereço: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC

Rua: Padre Ibiapina, S/N – Centro

Cajazeiras – PB

CEP: 58.900-00

Endereço Eletrônico: www.fescfafic.edu.br

Telefax.: (83) 3531. 3500

(83) 3531. 3097

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

2.1. Identificação da Instituição e da Entidade Mantenedora

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC – com sede na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, CEP 58900-000, telefax (83) 3531-3500, site www.fescfafic.edu.br, e-mail fafic@fescfafic.edu.br, é um estabelecimento isolado de Ensino Superior, de organização pluricurricular, destinado ao ensino, à pesquisa e à extensão. Foi fundada pela Lei Municipal nº 503, de 17 de janeiro de 1970, da Edilidade de Cajazeiras; autorizada a funcionar pela Resolução 04/70, do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, datada de 19 de janeiro de 1970, e que se tornou efetiva pelo Decreto do Poder executivo Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970.

A FAFIC é mantida pela Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - FESC, constituída sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Diocese de Cajazeiras, em 19 de março de 1965, com sede e foro na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba e cujo Estatuto está registrado no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos, sob o número de ordem 1.143, Livro B, nº 10.

Localizada no extremo oeste do Estado da Paraíba, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras abrange uma área que se estende aos municípios interioranos de outros estados da Região Nordeste, como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, o que a coloca em posição estratégica.

I – 2.2. Relacionamento entre a Mantida e a Mantenedora

O relacionamento entre a mantida, **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC** e a Mantenedora, **Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras – FESC**, é de dependência jurídica e institucional. A FAFIC tem autonomia didático-pedagógica, acadêmica e administrativa nos limites do Estatuto da Mantenedora e de acordo com o que dispõe o seu Regimento Interno. Os dirigentes da Administração Superior da Faculdade são nomeados pelo presidente da Fundação, conforme disposições estatutárias. A mantida tem estrutura organizacional e instâncias de decisão próprias, havendo possibilidade de recurso à Mantenedora.

A relação, também é de ordem histórica, tendo em vista que a criação da Mantenedora deu-se em razão da necessidade de se implantar uma faculdade no Sertão da Paraíba, sendo então fundada a FAFIC.

2.3. Experiência da Instituição Mantenedora

A Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras surgiu da necessidade premente de profissionais habilitados em educação, no alto Sertão da Paraíba e de estados circunvizinhos, visando a melhoria do nível de ensino nas escolas públicas e privadas.

Assim sendo, é incontestável sua experiência na manutenção do ensino superior desde 1970, quando, buscando dar uma resposta positiva às deficiências regionais de educação, foi logo criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras-FAFIC, atendendo a 53 municípios dos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com os Cursos de Licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais e Ciências, Licenciaturas Plenas em Letras (Habilitação em Português e Inglês), em Filosofia, Geografia e História, os quais foram reconhecidos em 1976.

Também, na época em que se dava a interiorização do ensino superior, com sede nesta cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, a FESC, através de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, mediante convênio MEC/DAU, ministrou Cursos de Especialização de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Lingüística, História do Brasil, História Contemporânea, História Medieval, História Antiga e Sociologia, atendendo a professores de grande parte do Nordeste do Brasil.

A FESC ainda manteve convênio com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para complementar o seu Curso de Ciências de 1º Grau com as Licenciaturas Plenas de Matemática, Física, Química e Biologia.

Atualmente, a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras mantém, na cidade de Pombal, no alto sertão paraibano, os cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis e em Agronomia, expandindo, desta forma, o ensino superior na Paraíba.

3. MISSÃO, CONCEPÇÃO FILOSÓFICA E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

3.1. Missão da FAFIC

A partir da liberdade criadora e responsável, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras propõe-se a fazer a experiência da solidariedade, assumida e tematizada criticamente na fidelidade ao que é autenticamente humano. Compromete-se em promover e facilitar a geração (criatividade) e comunicação (socialização) do saber filosófico perenemente válido, mediante uma “práxis” transformadora da realidade, em

vista da construção de uma civilização mais humana e mais cristã, privilegiando o diálogo entre pessoas, grupos e comunidades, no respeito às diferenças.

Fundamentada nestes princípios, a FAFIC objetiva formar cidadãos para o sucesso na vida profissional, pessoal e social, adotando uma postura pedagógica interdisciplinar que reflita sua abordagem holística do conhecimento, a manutenção de currículo atualizado, oportunidades de uma educação continuada, disponibilizando equipamentos modernos e oferecendo um sistema de apoio ao estudante, a fim de possibilitar o desempenho de seu papel social integral e integrado.

3.2. Concepção Filosófica

No exercício da racionalidade crítica, iluminada pela fé e orientada pelos valores humanos fundamentais, a FAFIC, como instituição confessional inspirada na doutrina cristã de orientação católica, adota como parâmetros norteadores:

- I. ***a dignidade da pessoa humana***, como “o que há de mais perfeito na natureza”, criada à imagem e semelhança de Deus, e merecedora das condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento e atuação;
- II. ***a parceria com outras instituições de ensino superior, identificadas com a busca do saber***, comprometendo-se com a libertação integral do ser humano;
- III. ***a criação de um ambiente acadêmico aberto à inovação, sendo um instrumento eficiente de formação de profissionais engajados na transformação da sociedade;***

3.3. Objetivos da Instituição

Comprometida com a sociedade na formação de profissionais qualificados e possuidores de uma consciência crítica sobre a realidade que os cerca, a FAFIC traça o seu plano de ação na tríade acadêmica ensino, pesquisa e extensão, oportunizando ao aluno o aprofundamento de seus conhecimentos de modo a possibilitar uma formação continuada, e capacitando-o para o exercício da cidadania com responsabilidade e ética.

Considerando que a educação é a principal mediadora entre o homem e a sociedade e, por esta razão, tende a se amoldar às exigências da época, a FAFIC procura investir em uma prática didático-pedagógica que facilite o desenvolvimento de um saber não esfacelado ou isolado, mas integrado e global, sempre direcionado ao social e ao comunitário.

Ainda, pelo mesmo motivo, e levando em conta as tendências de mercado, está pleiteando a oferta de novos cursos, a fim de proporcionar mais opções à juventude da região polarizada por Cajazeiras e, conseqüentemente, mais oportunidades de trabalho.

Para cumprir todas estas metas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras tem por objetivos:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a

inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

4 JUSTIFICATIVA DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO

Sem dúvida, a educação se constitui em um fator que pode possibilitar ao Estado da Paraíba sair da situação de carência absoluta e dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do País. Neste sentido, Cajazeiras desponta, de forma ímpar, como uma cidade que tem se destacado pela forma de lidar e se sobressair diante de tais adversidades.

A cidade se situa na mesorregião do Sertão da Paraíba, conhecida economicamente como polarizadora do desenvolvimento integrado do Alto Piranhas, fazendo fronteira com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Historicamente, Cajazeiras tem se sobressaído como um importante centro de difusão educacional regional paraibano, tida como a cidade que ensinou a Paraíba a ler, pois nela foi onde se iniciou a primeira unidade escolar do alto sertão. Neste sentido, a cidade de Cajazeiras tem primado pelo ensino de alta qualidade e referendando-se, regionalmente, como o seu maior centro educacional.

O anseio da instalação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, na FAFIC, vem abrir maiores possibilidades, não apenas para a população de Cajazeiras, mas, principalmente, para as cidades vizinhas, atuando, portanto, como pólo irradiador educacional. Ainda vale ressaltar que a opção da FAFIC pela oferta de mais um curso superior partiu do estudo do próprio potencial estratégico que a região em que se insere pode oferecer.

O estudo do contexto regional mostrou que até o início de 2005 não havia profissionais formados em Ciências Contábeis em Cajazeiras, nem mesmo na região. O próprio Conselho Federal de Contabilidade evidencia que os profissionais que trabalham na cidade, em sua maioria, são técnicos em contabilidade, havendo, portanto, grande necessidade de mão-de-obra qualificada nos municípios do interior paraibano, notadamente na Região do Sertão, que possui um destacado potencial de aplicação da área contábil.

Conforme já foi ressaltado, a FAFIC localiza-se em uma região com um índice populacional superior a 1.000.000 (um milhão) de pessoas, o que representa a existência de um potencial latente de trabalho, tanto no setor privado, quanto no setor público, ou mesmo no terceiro setor. Em síntese, a abertura de um Curso de Ciências Contábeis

nesta IES significa a geração de maiores possibilidades profissionais direcionadas para a área contábil, resultado de uma estratégia que tem como objetivo a busca do desenvolvimento regional.

4.1. Caracterização do Município de Inserção do Curso Proposto

O município de Cajazeiras, localizado na Região do Alto Piranhas, no Estado da Paraíba, possui uma extensão territorial de 570 km², distando 476 km da capital João Pessoa. Apresenta uma densidade demográfica de 97,28 hab/km² e uma população de 56.481 habitantes (IBGE,2005), predominantemente urbana (77%).

A Região do Alto Piranhas, situada no extremo Oeste da Paraíba, congrega quinze municípios, a saber, Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Monte Horeb, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Santa Helena, Santarém, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna. Em julho de 2005, segundo estimativa do IBGE, a região possuía 160.434 habitantes (4,6% da população do Estado). Com seu referencial histórico, Cajazeiras tem ampla relevância na região do Alto Piranhas, tornando-se alvo de grandes investimentos, em razão de sua posição estratégica na Paraíba e em relação a mais três Estados do Nordeste Brasileiro.





Quadro 4.1.1. Aspectos Gerais dos Municípios do Alto Piranhas

MUNICÍPIO	ÁREA (KM2)	POPULAÇÃO 2005	IDH-M	NÚMERO DE DOMICÍLIOS
Bernardino Batista	42,1	2.779	0,552	537
Bom Jesus	47,1	2.480	0,580	516
Bonito de Santa Fé	219,7	9.347	0,574	2.111
Cachoeira dos Índios	189,5	8.159	0,577	1.851
CAJAZEIRAS	569,9	56.481	0,685	14.145
Carrapateira	54,9	2.340	0,602	477
Monte Horeb	115,5	4.149	0,611	1.044
Poço Dantas	67,1	4.109	0,517	823
Poço de José de Moura	123,5	3.153	0,574	880
Santa Helena	209,7	6.197	0,624	1.552
Santarém	61,4	2.600	0,579	613
S. João do Rio do Peixe	470,2	17.811	0,595	4.286
São José de Piranhas	700,9	18.033	0,612	4.353
Triunfo	239,7	9.463	0,580	2.144
Uiraúna	262,7	13.333	0,646	3.407
TOTAL	3.373,9	160.434	0.594 (média)	38.739

Quadro 4.1.2. Estabelecimentos de Ensino dos Municípios do Alto Piranhas (2004)

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR
Bernardino Batista	12	01	00
Bom Jesus	11	01	00
Bonito de Santa Fé	31	01	00
Cachoeira dos Índios	28	01	00
CAJAZEIRAS	77	10	06
Carrapateira	09	00	00
Monte Horeb	21	01	00
Poço Dantas	16	01	00
Poço de José de Moura	18	01	00
Santa Helena	19	01	00
Santarém	08	01	00
São João do Rio do Peixe	68	02	00
São José de Piranhas	68	02	00
Triunfo	34	01	00
Uiraúna	38	03	00
TOTAL	458	27	06

Quadro 4.1.3. Alunos Matriculados e Docentes nos Municípios do Alto Piranhas (2004)

MUNICÍPIO	ALUNOS ENSINO FUND.	ALUNOS ENSINO MÉDIO	ALUNOS ENSINO SUPERIOR	DOCENTES ENSINO FUND.	DOCENTES ENSINO MÉDIO	DOCENTES ENSINO SUPERIOR
Bernardino Batista	995	185	00	44	09	00
Bom Jesus	714	106	00	31	06	00
Bonito de Santa Fé	2.812	265	00	138	08	00
Cachoeira dos Índios	2.309	316	00	95	12	00
CAJAZEIRAS	13.019	3.759	2.266	679	212	43
Carrapateira	709	00	00	32	00	00
Monte Horeb	1.147	139	00	60	09	00
Poço Dantas	1.395	141	00	63	07	00
Poço de José de Moura	1.401	190	00	72	11	00

Santa Helena	1.467	196	00	78	09	00
Santarém	565	163	00	52	14	00
São João do Rio do Peixe	4.199	715	00	249	59	00
São José de Piranhas	4.404	712	00	242	23	00
Triunfo	2.470	373	00	131	13	00
Uiraúna	3.772	643	00	210	33	00
TOTAL	41.378	7.903	2.266	2.176	425	43

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo a classificação do PNUD, o município de Cajazeiras está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, com 0,685, ocupando o quinto lugar no Estado da Paraíba.

O município de Cajazeiras abrange um mercado consumidor de aproximadamente 1.000.000 habitantes, visto que polariza, além do Alto Piranhas, as regiões do Vale do Piancó, Itaporanga e Catolé do Rocha, na Paraíba (31 municípios), de Lavras da Mangabeira e do Barro, no Ceará (07 municípios), da Serra de São Miguel e de Umarizal, no Rio Grande do Norte (08 municípios) e de Salgueiro e de Pajeú, no Pernambuco (04 municípios). Deste modo, a cidade configura-se como a sexta maior do Estado e, segundo o IBGE, foi a que mais cresceu em 2005, inclusive no número de Registros do Cadastro Central de Empresas.

A renda per capita mensal do município é de até 02 (dois) salários mínimos e, conforme informações do Departamento de Contabilidade da Secretaria da Fazenda Pública, a receita do ano de 2002, na cidade, foi de R\$ 22.309.782,81. A Coletoria Estadual possui, registradas, 907 empresas com CNPJ atuante, 298 comerciantes varejistas, 413 estimados e 50 comerciantes atacadistas. Existem, ainda, no município, concessionárias de veículos das empresas Volkswagen, Fiat, Chevrolet e Ford; de motocicletas, Honda e Yamaha, além de empresas de automóveis usados.

A cidade possui, em seu mercado de trabalho, 3.644 empregos formais, dos quais 59% são ocupados por homens e 43% têm remuneração acima de 1,5 salário

mínimo. Com relação à distribuição por faixa etária, Cajazeiras é o único município que contrata, formalmente, jovens na faixa de 15 a 17 anos (0,5% dos empregos formais) e dos 18 aos 24 anos (18% dos empregos totais). Evidencia-se, ainda, que 25% dos empregos formais estão preenchidos por pessoas de ensino médio completo, 30% se encontram no Setor de Comércio, 24% na Administração Pública e 11% na Indústria. O Setor de Comércio é responsável por 68,9% do PIB do Município, a Indústria responde por 16,9% e a Agropecuária por 14,2%.

Um dado interessante é que a renda média dos chefes de domicílio do município, em 2000, foi de R\$ 381,00, o que o coloca em posição de destaque no Estado, pois 95% dos municípios paraibanos têm dados inferiores aos apresentados por Cajazeiras.

O município também possui um Distrito Industrial para instalação e ampliação de empreendimentos, Lei com incentivos fiscais (isenção na ordem de 50% de impostos e taxas, conforme a Lei N.º 1.473/2003, para instalação de empresas no município), oferta de mão-de-obra jovem, Instituições de Ensino Superior (UFCG, FAFIC, FSM, ISEC, CEFET-PB, FAP) e de Ensino Técnico de qualidade (CEFET-PB, CNSL), Unidade do SESC/Ler, Unidade do SENAC, SEBRAE e EMATER. Segundo o IBGE, a distribuição de empresas do município, por setores, em 2004 foi:

Quadro 4.1.4. Empresas do município em 2004 – Fonte: IBGE

TIPOS DE EMPRESAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Agropecuária, silvicultura e exploração florestal	01
Indústrias de Transformação	101
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás ou Água	02
Construção	50
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	1.020
Alojamento e alimentação	40
Transporte, armazenagem e comunicação	47
Intermediação Financeira	25

Atividades Imobiliárias, aluguéis e serviços de prestação à empresas	60
Administração Pública, defesa e seguridade social	02
Educação, Saúde e Serviços Sociais	145
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	227
TOTAL	1.720

Ainda segundo o IBGE, Cajazeiras destaca-se, nos últimos anos, como o município paraibano com maior taxa de crescimento no número de empresas locais 75,9%, ficando acima, inclusive, da taxa do Estado da Paraíba que foi de 64,8%. A evolução da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) é outro retrato deste crescimento: em 1998, a arrecadação no município foi de R\$ 5.128.911,15 e, em 2003, saltou para R\$ 8.975.187,74, ou seja, em cinco anos, a arrecadação atingiu uma taxa de crescimento na ordem de 75%.

Não se pode deixar de lembrar o potencial que o município possui para o agronegócio, devido a existência de dois grandes mananciais (Lagoa do Arroz e Engenheiro Ávidos), onde também se exploram aqüicultura e turismo. Também se destaca na região a prática da apicultura e da caprinocultura.

O setor imobiliário e de hotelaria apresenta-se em plena expansão, devido a vários fatores: os diversos cursos superiores oferecidos pelas seis IES existentes no município e já citadas anteriormente, festivais de teatro (a cidade possui o Teatro Municipal Íracles Pires onde se organizam amostras de cultura e teatro com grande freqüência), festividades tradicionais e religiosas, feiras de negócios, esportes e paisagens naturais.

O município conta com linhas de ônibus, ligando Cajazeiras à capital João Pessoa e outras que transitam pela cidade, interligando-a a Recife, Campina Grande, Natal, Fortaleza, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Crato. Passam pelo município uma rodovia federal (BR-230) e duas estaduais (PB-393 e PB-400). Segundo dados da 6.ª Ciretran local, há 14.043 veículos de diversos modelos e emplacados, em toda a cidade.

Com referência à comunicação, Cajazeiras apresenta as mais avançadas estruturas de telecomunicações, a exemplo dos serviços de telefonia móvel das empresas Tim, Claro e Oi, três provedores de acesso à internet: Atual Net, ADLLink e Netline, além dos sinais de TV das emissoras Globo, SBT, Band, Record, Rede TV e Rede Vida. Outrossim, a Telemar explora os serviços de telefonia fixa, com mais de 18.000 aparelhos conectados, servindo-se de microondas para as ligações interurbanas. Existem sete emissoras de rádio na cidade (Oeste/AM, Difusora Rádio Cajazeiras/AM, Alto Piranhas/AM, Patamuté/FM, Cidade/FM, Arapuan/FM e NPR). Cajazeiras foi o primeiro município paraibano a ter uma rádio operando em frequência modulada (FM). Destacam-se, também, as circulações de um jornal semanal (Gazeta do Alto Piranhas) e de revistas (OBA! e Destaque), criadas e impressas no próprio município.

Existem, ainda, em nossa cidade, cinco estabelecimentos bancários: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, Banco Real e Banco do Nordeste. Em referência à preservação ambiental, o município dispõe do seu Código de Meio Ambiente (Lei n.º 1.464/2002 – SGAP), que complementa assuntos disciplinados na Legislação Federal e Estadual, sendo que Cajazeiras é o segundo município do Estado a possuir tal legislação. Cajazeiras conta com uma Biblioteca Pública Municipal, cujo acervo chega a 16.600 exemplares, além das bibliotecas das seis IES. Conta, também, com um Centro Histórico delimitado e Patrimônio Histórico definido, devidamente homologado pelo Governo do Estado.

Cajazeiras sedia o 9.º Núcleo Regional de Saúde do Estado. A Secretaria Municipal de Saúde mantém Vigilância Sanitária e Epidemiológica, uma Farmácia Básica, uma Policlínica e 19 unidades do PSF. Vale ressaltar a existência de um banco de leite, uma clínica psiquiátrica, um hemocentro e um núcleo de zoonoses. A cidade também possui dois hospitais públicos: o Hospital Regional, que tem em média 13.000 atendimentos mensais, abrangendo uma área de 30 municípios, dispondo de centro cirúrgico (03 salas de cirurgia e 01 sala de recuperação), centro obstétrico, unidade neonatal, consultórios médicos, salas de curativos e UTI, e o Hospital Infantil, com 40 leitos (36 para o SUS e 04 para a Unimed).

A cidade é sede do 6.º Batalhão de Polícia Militar (500 policiais distribuídos em 03 Companhias e 04 Pelotões, com ênfase para o Pelotão de Policiamento de Trânsito e Grupo de Operações Especiais), da 9.ª Superintendência de Polícia Civil, composta de duas delegacias distritais e três delegacias especializadas (Delegacia da Mulher, Delegacia de Ordem Econômica e Delegacia da Infância e da Juventude), de Posto da Polícia Rodoviária Federal, localizado na BR-230, principal via de acesso ao Estado do Ceará.

Essa contextualização econômica e social transforma-se em indicativos fundamentais para uma possível prospecção do mercado educacional, na medida em que esse crescimento exige não somente a especialização dos setores, como necessariamente vai requerer dos seus agentes a sua formação técnica e profissional. Nesse sentido, a FAFIC – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – representa uma possibilidade concreta de profissionalização do mercado de trabalho e de garantia de acesso à demanda educacional de toda uma região e de regiões circunvizinhas, representada por uma população estimada em mais de 1.000.000 (um milhão) de pessoas, apresentando como propositura de expansão o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

5. OBJETIVOS DO CURSO

A **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC** tem o intuito de oferecer um curso de oito semestres para a formação plena de Bacharel em Ciências Contábeis, com as habilidades e competências exigidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas de acordo com o Parecer CNE/CES 0269/2004 e a Resolução **MEC/CNE/CES n.10 de 16/12/2004** , tendo como objetivos:

- Formar profissionais com base em habilidades técnicas, humanas e conceituais condizentes com a realidade regional;

- Formar profissionais aptos a desenvolver suas atividades em qualquer área de sua atuação, incluindo planejamento, organização, orientação, preparação e análise das demonstrações contábeis, essenciais à elaboração orçamentária de empresas ou instituições, desenvolvendo uma prática acerca das responsabilidades sociais da contabilidade e a harmonização com padrões internacionais;
- Contribuir, a partir do conhecimento científico da Contabilidade, para a formação integral dos profissionais com sólidos princípios éticos e valores que lhes permitam atuar dignamente em função do desenvolvimento sócio-econômico do país, em geral, do Estado e do Município, em particular.

6. PERFIL DO FORMANDO

O egresso do Curso de Ciências Contábeis deve ter um perfil proativo, buscando visualizar cenários capazes de corresponder a solução de problemas nas mais diversas áreas de atuação do profissional contábil, ser proficiente no uso de termos contábeis, na abordagem de temas, na captação e geração de informações tendo visão holística, sistêmica interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.

Respeitando o que institui a Resolução CNE/CES 10 de 16 dezembro de 2004, O Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Filosofia FAFIC, objetiva formar profissionais que revelem as seguintes habilidades e competências:

- utilizar adequadamente a terminologia e o domínio da linguagem das Ciências Contábeis;
- demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

- desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

- exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo as atividades de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

- desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

- exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

7. BASE LEGAL DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

· Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- **Resolução CES/CNE nº 10/2004, de 16 de dezembro de 2004**

Publicada pelo DOU em 28 de dezembro de 2004 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista as dire-

trizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, todos homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação.

- **Decreto nº 5.626/2005, de 22 de Dezembro de 2005**

Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o artigo 18 da lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- **Decreto nº 5.773/2006, de 09 de Maio de 2006**

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

- **Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de Junho de 2007**

Que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

8. COMPONENTES CURRICULARES INTEGRANTES (Resolução MEC/CNE/CES n.10, de 16/12/2004)

A FAFIC- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, tem como regime acadêmico o sistema de créditos, sendo efetuadas as matrículas por disciplinas com a adoção de pré-requisitos.

O Curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC, Cumprindo o artigo 5º da Resolução MEC/CNE/CES nº10/2004, e seguindo orientações do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, órgão regulador da profissão contábil, através da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, na sua 2ª edição pela Fundação Brasileira de Contabilidade, apresenta através do seu Projeto Pedagógico, uma organização curricular formada por conteúdos que contemplam conhecimentos relacionados ao cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, visando trabalhar a proposta de harmonização, de padrões e Normas internaci-

onais da contabilidade, de acordo com as exigências da Organização Mundial do Comércio e respeitando as peculiaridades observadas nas organizações governamentais, em consonância com o perfil definido para o formando, compreendendo os seguintes campos de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: contempla os estudos relacionados a áreas de conhecimentos diversos, necessárias para a formação do profissional, entre elas Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.

II - conteúdos de Formação Profissional: evidencia os estudos indispensáveis a formação do profissional contábil, refere-se a estudos específicos às Teorias da Contabilidade, as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

8.1 ESTRUTURA CURRICULAR

As disciplinas que correspondem aos conteúdos descritos em Conteúdos Curriculares Integrantes estão relacionadas no quadro a seguir:

I - CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA			
ÁREA DO CONHECIMENTO (Resolução CNE-CES Nº10/04)	DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Administração	Administração Geral	1º	72h/a
	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	5º	72h/a
Economia	Fundamentos de Economia	2º	72h/a
Direito	Instituições de Direito Público e Privado	2º	72h/a
	Legislação Societária e Comercial	3º	72h/a
	Legislação Tributária	4º	72h/a
	Legislação Social	5º	72h/a
Métodos quantitativos	Métodos Quantitativos Aplicados À Contabilidade	4º	72h/a
Matemática	Matemática Básica	1º	72h/a
Estatística	Estatística Aplicada aos Negócios	3º	72h/a
Outros	Português Instrumental	1º	72h/a
	Antropologia Filosófica	2º	72h/a
	Informática Aplicada à Contabilidade	2º	72h/a
	Introdução à Pesquisa Científica em Contabilidade	3º	72h/a
TOTAL DE HORAS-AULA			1008 h/a

II - CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
ÁREA DO CONHECIMENTO (Resolução CNE-CES Nº10/04)	DISCIPLINA	SEME STRE	CARGA HORÁRIA
Teoria da Contabilidade	Teoria da Contabilidade	4º	72h/a
Noções de Atividade Atuariais	Matemática Financeira e Atuarial	3º	72h/a
Quantificações de Informações Financeiras, Patrimoniais, Governamentais e Não-Governamentais	Contabilidade Introdutória	1º	72h/a
	Contabilidade Intermediária I	2º	72h/a
	Contabilidade Intermediária II	3º	72h/a
	Contabilidade Avançada	4º	72h/a
	Contabilidade de Custos	4º	72h/a
	Mercado Financeiro e de Capitais	6º	72h/a
	Análise de Custos	5º	72h/a
	Contabilidade Gerencial	6º	72h/a
	Análise das Demonstrações Contábeis	5º	72h/a
	Contabilidade das Instituições Financeiras	4º	72h/a
	Orçamento Público	6º	72h/a
	Contabilidade Governamental	7º	72h/a
	Contabilidade Ambiental e Social	8º	72h/a
Auditoria	Auditoria Contábil	6º	72h/a
Perícia, Avaliação e Arbitragem	Perícia, Avaliação e Arbitragem	7º	72h/a
Controladoria	Controladoria	8º	72h/a
Outros	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	8º	72h/a
	Ética e Legislação Profissional	7º	72h/a
TOTAL DE HORAS-AULA			1440h/a

III - CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA			
ÁREA DO CONHECIMENTO (Resolução CNE-CES Nº10/04)	DISCIPLINA	SEME STRE	CARGA HORÁRIA
Estágio Curricular Supervisionado I/ Prática em Laboratório de Informática utilizando <i>softwares</i> atualizados de Contabilidade	Estágio de Iniciação Profissional I	6º	72h/a
	Estágio de Iniciação Profissional II	7º	72h/a
	Estágio de Iniciação Profissional III	8º	72h/a
Atividades Complementares e Estudos Independentes	Atividades Complementares	Não se aplica	200h/a
Conteúdos Optativos	Contabilidade das Instituições Financeiras	4º	72h/a
	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	8º	72h/a
Trabalho de Conclusão de Curso	Trabalho de Conclusão de Curso	8º	72h/a
TOTAL DE HORAS-AULA			632h/a

7.1.1. RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS

Denominação da Disciplina	Número de Créditos	Carga Horária
Administração Geral	04	72h/a
Administração Financeira e Orçamento Empresarial	04	72h/a
Fundamentos de Economia	04	72h/a

Mercado Financeiro e de Capitais	04	72h/a
Instituições de Direito Público e Privado	04	72h/a
Legislação Societária e Comercial	04	72h/a
Legislação Tributária	04	72h/a
Legislação Social	04	72h/a
Métodos Quantitativos Aplicados À Contabilidade	04	72h/a
Matemática Básica	04	72h/a
Estatística Aplicada aos Negócios	04	72h/a
Português Instrumental	04	72h/a
Antropologia Filosófica	04	72h/a
Ética Geral e Profissional	04	72h/a
Informática Aplicada à Contabilidade	04	72h/a
Introdução à Pesquisa Científica em Contabilidade	04	72h/a
Teoria da Contabilidade	04	72h/a
Matemática Financeira e Atuaria	04	72h/a
Contabilidade Introdutória	04	72h/a
Contabilidade Intermediária I	04	72h/a
Contabilidade Intermediária II	04	72h/a
Contabilidade Avançada	04	72h/a
Contabilidade de Custos	04	72h/a
Análise de Custos	04	72h/a
Contabilidade Gerencial	04	72h/a
Análise das Demonstrações Contábeis	04	72h/a
Contabilidade das Instituições Financeiras	04	72h/a
Orçamento Público	04	72h/a
Contabilidade Governamental	04	72h/a
Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	04	72h/a
Contabilidade Ambiental e Social	04	72h/a
Auditoria Contábil	04	72h/a
Perícia, Avaliação e Arbitragem	04	72h/a
Controladoria	04	72h/a
Estágio de Iniciação Profissional I	04	72h/a
Estágio de Iniciação Profissional II	04	72h/a
Estágio de Iniciação Profissional III	04	72h/a
Trabalho de Conclusão de Curso	04	72h/a

7.1.2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Denominação da Disciplina	Número de Créditos	Carga Horária	Pré-requisito
PRIMEIRO PERÍODO			
Matemática Básica	04	72	
Sociologia das Organizações	04	72	
Português Instrumental	04	72	
Administração Geral	04	72	
Contabilidade Introdutória	04	72	
SEGUNDO PERÍODO			
Fundamentos de Economia	04	72	
Contabilidade Intermediária I	04	72	
Antropologia Filosófica	04	72	
Informática Aplicada à Contabilidade	04	72	
Instituições de Direito Público e Privado	04	72	
TERCEIRO PERÍODO			
Estatística Aplicada aos Negócios	04	72	
Contabilidade Intermediária II	04	72	Contabilidade Intermediária I

Introdução á Pesq. Cient. em Contabilidade	04	72	
Legislação Societária e Comercial	04	72	
Matemática Financeira	04	72	
QUARTO PERÍODO			
Métodos Quant. Aplicados à Contabilidade	04	72	
Contabilidade de Custos	04	72	
Teoria da Contabilidade	04	72	Contabilidade Intermediária II
Legislação Tributária	04	72	
Optativa	04	72	
QUINTO PERÍODO			
Contabilidade Avançada	04	72	Teoria da Contabilidade
Legislação Social	04	72	
Análise de Custos	04	72	
Administração Financeira e Orç. Empresarial	04	72	Matemática Financeira
Análise das Demonstrações Contábeis	04	72	
SEXTO PERÍODO			
Auditória Contábil	04	72	
Contabilidade Gerencial	04	72	
Orçamento Público	04	72	
Estágio de Iniciação Profissional I I	04	72	
Mercado Financeiro e de Capitais	04	72	
SÉTIMO PERÍODO			
Contabilidade Governamental	04	72	
Perícia Contábil, Avaliação e Arbitragem	04	72	
Estágio de Iniciação Profissional II	04	72	Estágio de Iniciação Contábil I
Auditoria Governamental	04	72	
Ética e Legislação Profissional	04	72	
OITAVO PERÍODO			
Estágio de Iniciação Profissional III	04	72	
Optativa	04	72	
Contabilidade Ambiental e Social	04	72	
Controladoria	04	72	
Trabalho de Conclusão de Curso	04	72	

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Disciplina	Créditos	Carga Horária
Contabilometria	04	72h/a
Contabilidade das Instituições Financeiras	04	72h/a
Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	04	72h/a
Sistemas de Informações Contábeis	04	72h/a
Gestão de Pequenas e Médias Empresas	04	72h/a
Libras	04	72h/a

7.2. EMENTÁRIO, OBJETIVO, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PRIMEIRO SEMESTRE

1. MATEMÁTICA BÁSICA

Ementa

Conceitos básicos; Funções; Limites; Derivadas; Diferenciais; e Integrais.

Objetivo

Contribuir para a aquisição de conhecimentos e habilidades matemáticas, e promover a compreensão de sua utilização prática no trabalho Contábil.

Bibliografia Básica

GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. **Matemática aplicada**: economia, administração, contabilidade. 10 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

LEITHOLD, Louis. **Matemática aplicada à economia e administração**. Harbra, 1997.

SILVA, Sebastião Medeiros; SILVA, Elio Medeiros. **Matemática**: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. Vol. 1 e 2. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar

HOFFMANN, L. D., BRADLEY, G.L. **Cálculo**: um curso moderno e suas aplicações. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

VERAS, Liliam Ladeira. **Matemática aplicada à economia**: síntese de teoria. São Paulo: Atlas, 1999.

2. SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES

Ementa

A Sociologia e as Ciências Sociais. Formação e evolução do Pensamento Social. Estratificação social. Organização formal e informal. Processo de organização do trabalho frente aos novos modelos de gestão. Mudança organizacional. Eficiência e eficácia organizacional, sistemas de informação e disfunções organizacionais. Cultura das organizações. Ideologia. Enfoque da tecnologia e dos ecossistemas organizacionais.

Objetivo

Analisar a importância das Ciências Sociais para a compreensão das diversas

dimensões da atividade humana. Analisar os principais problemas sociais vivenciados no Brasil e no mundo contemporâneo. Discutir o papel do Estado neoliberal frente à exclusão e à globalização.

Bibliografia Básica

BARREIRA, César. **A sociologia no tempo**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHARON, Joel M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva. 2002.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 17. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

OLIVEIRA, S. L. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TOMAZI, N. D. **Iniciação à sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

LAKATOS, E. M. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1999.

3. COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Ementa

Comunicação e redação: Ciência da comunicação; estilo; frase e estrutura frasal; tipos de discurso; parágrafo; redação. Correspondência e redação técnica. Gramática.

Objetivo

Entender o processo de comunicação nas organizações, através do uso adequado de técnicas e instrumentos necessários ao exercício profissional.

Bibliografia Básica

ABREU, Antonio Suárez. **Curso de Redação**. 7 ed. São Paulo: Ática, 1998.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 16 ed. São Paulo: Ática, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**: para cursos de Contabilidade, Economia e Administração. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Bibliografia Complementar

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 11ed. São Paulo: Ática, 1993.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17 ed. São Paulo: Ática, 1995.

HOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. 19 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

4. ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ementa

Introdução à Teoria da Administração; Antecedentes históricos e evolução da Administração; Funções Administrativas; Teorias Modernas de Gestão; Estratégias de Gestão. As Funções Administrativas. Qualidade nas Organizações. Perspectivas da Gestão Empresarial

Objetivo

Proporcionar uma visão sintética da evolução das teorias e idéias da Administração. Apresentar as principais técnicas e noções do processo de administrar organizações e atividades de todos os tipos no cenário do século XXI, com enfoque na inter-relação com os sistemas de informação.

Bibliografia Básica

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.

BERNARDES, Cyro. *Teoria geral da administração: gerenciando organizações*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Fundamentos de Administração: Manual compacto para cursos de formação tecnológica e seqüenciais*. São Paulo: Atlas, 2004.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar

CARAVANTES, Geraldo R. **Teoria geral da administração: pensando & fazendo**. 4. ed. Porto Alegre: AGE, 2003.

DAFT, Richard L. **Administração**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

FREITAS, A. G. **Introdução às teorias administrativas**. São Paulo: Alínea, 1999.

MORAES, Anna Maris Pereira de. **Iniciação ao estudo da administração**. 2 ed. São Paulo: Markron Books, 2001.

5. CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA

Ementa

Contabilidade: finalidade, objetivos e campo de aplicação. A Estática Patrimonial. Estudo do Patrimônio: Conceitos, Bens, Direitos, Obrigações e Variações Patrimoniais. Representação Gráfica do Patrimônio. Contas: estrutura, função e funcionamento. Plano de contas. Débito e Crédito. Lançamentos. Razonetes. Balancete. Escrituração: finalidade, classificação, fatos contábeis. Contabilizações dos fatos contábeis, envolvendo contas do ativo e do passivo, despesas e receitas. Regime de caixa e de competência. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Objetivo

Capacitar o estudante a entender a função da Contabilidade e as diversas situações patrimoniais das organizações, desenvolvendo conhecimentos que possibilitem o acompanhamento da evolução na área da Ciência Contábil e a atualização predominante no universo científico e profissional. Apresentar os fundamentos contábeis e desenvolver a habilidade de elaborar as demonstrações contábeis, através do fechamento contábil.

Bibliografia Básica

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. Livro texto – 10 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade**

Introdutória e Intermediária. Texto e Exercícios. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica 2.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** Exercícios. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** Livro texto – 15 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Fundamental 1.** 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, César A. Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEGUNDO SEMESTRE

6. FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Ementa

Conceitos básicos de Economia. A Economia de Mercado. O papel do Governo na Economia. Noções de Microeconomia. Oferta e Demanda. Noções de Macroeconomia. Contas Nacionais. Problema de Agregação: Produto, Renda, Despesas. Moeda e Sistema Bancário. Inflação. Crescimento Econômico. Noções de Economia Internacional. Balanço de Pagamento.

Objetivo

Introduzir as noções básicas de economia e mostrar a importância da aplicabilidade da teoria econômica como instrumento para promover o bem-estar econômico e social. Salienta-se, ainda, o propósito de estimular os alunos para leitura e discussão práticas para o efetivo da sua profissão.

Bibliografia Básica

BASTOS, Vânia Lomônoco. **Para entender a economia capitalista:** noções introdutórias. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

CASTRO, Antonio. **Introdução à Economia:** uma abordagem estruturalista. 37 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval. **Economia:** micro e macro. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Manual de microeconomia.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VICECONTI, Paulo E. V.;NEVES, Silvério das. **Introdução à Economia.** 4 ed. São Paulo: Frase Editora, 2001.

Bibliografia Complementar

LOPES, Luiz Martins e VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia.** São Paulo: Atlas, 1998.

NAPOLIONE, Cláudio. **Curso de Economia Política.** 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

PINHO, Diva Benevides (org.) **Manual de economia.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia.** 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

7. CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA I

Ementa

Estruturas das Demonstrações Contábeis, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Estrutura do Balanço Patrimonial. Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício. Estrutura das Mutações do Patrimônio Líquido. Estrutura da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. Notas Explicativas. Demonstração do valor adicionado. Balanço social.

Objetivo

Proporcionar aos alunos o conhecimento básico sobre a finalidade, estrutura e elaboração das demonstrações contábeis, como também os aspectos e implicações legais.

Bibliografia Básica

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Manual de Contabilidade Básica**. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M.C. **Contabilidade Intermediária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações- Suplemento**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, O . M. **Contabilidade Básica 2**. 2 ed. São Paulo: Saraiva: 2009.

8. ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Ementa

Introdução á Antropologia Filosófica: Compreensão do homem a partir da reflexão crítica dos diversos modelos antropológicos apresentados ao longo da história da filosofia. A dimensão ética da ação humana. A questão ética contemporânea. A ética profissional no contexto das organizações.

Objetivos

Possibilitar uma interpretação reflexiva do ser e do agir do humano, a partir da sua realidade vivida. Estudar o cotidiano humano na tentativa de desconstruir o reducionismo antropológico econômico, de um viver para o ter em detrimento do ser. Efetivar uma crítica ao modelo individualista do homem, procurando resgatar o ser responsável e solidário.

Bibliografia Básica

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RABUSKE, Edvino. **Antropologia Filosófica**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia Filosófica**. Tomos I e II. São Paulo: Loyola, 2003.

Bibliografia Complementar

ARDUINI, Juvenal. **Antropologia: ousar para reinventar a humanidade**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2004.

BUZZI, R. Arcângelo. **Itinerário: a clínica do homem**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MONDIN, Battista. **O Homem, quem é ele?**. 9 ed. São Paulo: Paulus, 1980

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e Anti-Humanismos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PONDE, Luiz Felipe. **O homem insuficiente**. São Paulo: USP, 2001.

9. INFORMÁTICA APLICADA À CONTABILIDADE

Ementa

Introdução. Conceitos básicos de informática. Computador: o hardware e o software. Área de desenvolvimento da informática. Uso do computador na automação do escritório. Sistemas de informação. Softwares aplicativos na contabilidade: banco de dados, planilha eletrônica e processador de texto. Uso da Internet. Novas tecnologias.

Objetivo

Favorecer o conhecimento da evolução dos computadores, suas partes, aplicações, linguagens e uso nas diversas áreas de Ciências Contábeis. Fornecer ao aluno condições de utilizar o computador como ferramenta de trabalho em sua vida profissional, através do conhecimento dos modelos disponíveis no mercado, dos sistemas operacionais e dos softwares aplicativos disponíveis.

Bibliografia Básica

CARLBERG, Conrad. **Administrando a empresa com Excel**. São Paulo: Pearson, 2003.

CORNACHIONI JÚNIOR, E. B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**: livro de exercícios - 500 questões e 50 casos práticos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Ademar de Araújo. **Informática na Empresa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Marrom Books, 1996.

MEIRELLES, F. S. **Informática**: novas Aplicações com microcomputadores. 2. ed. Makron Books, 2004.

10. INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Ementa

A Sociedade e suas instituições – o Direito, a Moral e a Religião. O Estado – formas, fundamentos, elementos, fontes e sujeitos. O Direito – objeto e classificação. Noções gerais de Direito Público –Constitucional, Administrativo, Penal e Financeiro. Noções gerais de Direito Privado – Civil.

Objetivo

Proporcionar o conhecimento dos diversos ramos do Direito Público e Privado e sua

aplicabilidade no contexto organizacional.

Bibliografia Básica

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Edis. *Manual de direito público e privado*. 16 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Instituições de direito Público e Privado*. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BILIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 44 ed. São Paulo: Globo, 2003.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão e dominação*. 4 ed. São Paulo: Atlas 2003.

MACHADO, Hugo Brito. *Uma Introdução ao estudo do Direito*. 2 ed. São Paulo: Dialética, 2004.

PINHO, Rui Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Instituições de direito público e privado: uma introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional*. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

3.º PERÍODO

11. ESTATÍSTICA APLICADA AOS NEGÓCIOS

Ementa

A Estatística. Conceitos básicos: população e amostras. Classificação de variáveis. Representação gráfica de variáveis qualitativas e quantitativas. Distribuição de Freqüências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Assimetria e Curtose.

Objetivo

Desenvolver técnicas de organização, análise e interpretação de dados contábeis. Utilizar ferramentas matemáticas e métodos estatísticos nas Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, E.; GONÇALVES, V.; MUROLO, A. C. **Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1997. V.1 e 2.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. São Paulo: McGraw-Hill, 1994.

Bibliografia Complementar

CRESPO, Antonio Sinot. **Estatística fácil**. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

LEVINE, David *et al.* **Estatística: teoria e aplicações**. São Paulo: LTC, 2000.

_____. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2001.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. São Paulo: McGraw-Hill, 1994.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 1986.

12. CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA II

Ementa

Operações típicas em empresas contábeis. Ativo não circulante. Passivo não Circulante. Avaliação de investimentos: método de custo e método da equivalência patrimonial. Contabilização entre Matriz e Filial. Reavaliação de Ativos. Aspectos fiscais da Contabilidade Comercial.

Objetivo

Ampliar o conhecimento do aluno, no tocante a operações contábeis realizadas por empresas comerciais.

Bibliografia Básica

PADOVEZE, C.V. **Manual de Contabilidade Básica-Contabilidade Introdutória e Intermediária - Texto e Exercícios**. 7. Ed. São Paulo, 2009.

RIBEIRO. O. M. Contabilidade Avançada. São Paulo: 2ª Ed. Saraiva, 2009.

RIBEIRO. O. M. Contabilidade Intermediária. São Paulo: 2ª Ed. Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar

BRAGA H. A;ALMEIDA M. C. **Mudanças contábeis na lei societária n 11.638, de 28.12.2007**. São Paulo: 1ª Ed. Atlas, 2008.

BRASIL. Lei n 6404/76 e suas atualizações. São Paulo: 1ª Ed. Atlas, 2008.

CHAGAS, G. Contabilidade Geral Simplificada. São Paulo: 2ª Ed. Saraiva, 2010.

NEVES S; VICENCONTI. P. E. V. **Contabilidade Avançada- Análise das demonstrações financeiras**.11º ed. São Paulo,2002.

MARION, J. C; **Contabilidade Empresarial**: São Paulo: 15ª Ed. Atlas, 2009

SANTOS, J. L. **Contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2002.

13. INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE

Ementa

O conhecimento humano; tipos de conhecimento. Conceituação, classificação e características da ciência. Ciências fundamentais e ciências aplicadas: o campo das Ciências Contábeis. Estrutura e métodos da ciência. A pesquisa científica. Tipos de pesquisa. A pesquisa no campo das Ciências Contábeis. Diretrizes e normas para citação e referências bibliográficas. Metodologia do trabalho científico: planejamento, investigação, elaboração, apresentação. Leitura, interpretação de textos e fichamento bibliográfico. Modelos de trabalhos científicos em Ciências Contábeis.

Objetivo

Oferecer condições para que o aluno venha a adquirir subsídios básicos para o desenvolvimento da produção científica aplicada ao campo das Ciências Contábeis.

Bibliografia Básica

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 6ª ed. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003

Bibliografia Complementar

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2003.

MÁTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, A. B. (Coord.) **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

14. DIREITO COMERCIAL E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

Ementa

Aspectos Introdutórios; O Empresário; Sociedades; Dissolução Parcial ou Total da Sociedade.

Objetivo

Dotar o estudante de conhecimentos sobre análise, interpretação e aplicação do Direito Comercial, Societário e Falimentar.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial. V.1**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Curso de Direito Comercial. V.2**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Curso de Direito Comercial. V.3**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial. V 1** . 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Curso de Direito Comercial. V 2 . 26 ed.** São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Curso de Direito Comercial. V 3 . 26 ed.** São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado.** 13.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BULGARELLI, Waldirio, **Direito Comercial.** São Paulo: Atlas, 2003

FINKELSTEIN, Maria Eugênia. **Direito Empresarial.** Série Leituras Jurídicas. 4.^a edição. São Paulo: Atlas, 2008.

FÚHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Direito Comercial.** Malheiros Editores, 1999

GONÇALVES, Maria Gabriela V. P. Rios & GONÇALVES, Victor E. Rios. **Direito Falimentar.** Sinopses Jurídicas. 2.^a edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, Fran & ABRÃO, Carlos Henrique. **Curso de Direito Comercial.** 31 ed. São Paulo: Forense, 2008.

15. MATEMÁTICA FINANCEIRA E ATUARIAL

Ementa

Juros Simples e compostos. Descontos. Equivalência de capitais. Taxas de juros. Rendas. Anuidades. Empréstimos. Sistemas de amortização de dívidas. Inflação. Análise de investimentos.

Objetivo

Aplicar os conhecimentos fundamentais da Matemática Financeira para a tomada de decisões na área financeira em organizações empresariais e financeiras.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações.** São Paulo: Atlas, 1998.

FRANCISCO, Walter de. **Matemática Financeira.** São Paulo: Atlas, 1994.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática Financeira.** São Paulo: Saraiva, 2000

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Roberto G. **Matemática Financeira Aplicada.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

MATHIAS, W.F., GOMES, J.M. **Matemática Financeira.** 6. Ed. São Paulo: Atlas,

2009.

4.º PERÍODO

16. MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE

Ementa

Variáveis aleatórias unidimensionais. Distribuição de probabilidades. Correlação e Regressão para determinação do comportamento dos custos. Amostragem. Programação Linear: Método Gráfico/ Simplex e Aplicações. Métodos de cálculos de Números Índices

Objetivo

Desenvolver técnicas de organização, análise e interpretação de dados contábeis. Utilizar ferramentas matemáticas, métodos estatísticos e quantitativos nas Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COSTA NETO, Pedro Luiz. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1990.

MEDEIROS, E.; GONÇALVES, V.; MUROLO, A. C. **Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1997. v. 1 e 2.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. São Paulo: McGraw-Hill, 1994.

Bibliografia Complementar

BUSSAB, W. O.; MORETIN, P. A. **Estatística básica**. 3. ed., São Paulo: Atual, 1987.

CRESPO, Antonio Sinot. **Estatística fácil**. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

FONSECA, J. S. **Curso de estatística**. São Paulo: Atlas, 1998.

LEVINE, David *et al.* **Estatística: teoria e aplicações**. São Paulo: LTC, 2000.

17. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Ementa

Conceitos Básicos. Terminologia de custos. Classificações e Nomenclaturas de Custos. Sistemas de Custeamento: absorção, direto ou variável, baseado em atividades (ABC). Departamentalização; produção equivalente; Custos Conjuntos.

Objetivo

Proporcionar conhecimentos básicos da contabilidade de custos, necessários a formação profissional, especificamente, operações relacionadas às diversas atividades contábeis nas empresas industriais. Conhecimentos estes, necessários á compreensão e interpretação de função dos custos para determinação do lucro, planejamento e tomada de decisões.

Bibliografia Básica

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custo**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, Silverio das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade de Custos**. 9º ed. Frase 2009.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Eliseu. **livro de exercícios** . 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Custos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LEONE, George S. Guerra. **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEONE, George S. Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HORNGREN, Charles Thomas; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

18. TEORIA DA CONTABILIDADE

Ementa

História do pensamento contábil. Princípios fundamentais da Contabilidade. Normas brasileiras de Contabilidade. Normas internacionais de Contabilidade. Harmonização contábil. O ativo e sua avaliação. O passivo e sua mensuração. O patrimônio líquido. Imobilizado tangível depreciable. Estoques. Teoria da correção monetária contábil.

Objetivo

Capacitar os alunos a adquirirem uma visão ampla do processo contábil, pela sua fundamentação teórica e prática. A interpretar e analisarem os fenômenos patrimoniais de tal modo a permitir-lhes a sua adequada análise, avaliação, classificação e reconhecimento, de acordo com os princípios contábeis, compreendendo a razão de ser dos fenômenos com os quais deve lidar no campo profissional.

Bibliografia Básica

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 9ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antonio Lopes de. **História Geral das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412p.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Mudanças Contábeis na lei societária**: Lei n º11. 638 de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos; IUDICIBUS, Sérgio de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 2009.

SA, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

19. DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ementa

Aspectos Legais do Direito Tributário. Competência Tributária. O Tributo e suas

Espécies. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária. Créditos Tributários. Lançamentos, Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Ilícito Tributário. Contencioso Tributário.

Objetivo

Proporcionar à compreensão e à análise críticas dos aspectos conceituais e funcionais da Legislação Tributária e sua importância para a formação profissional daqueles que atuam ou virão atuar no ambiente da área Tributária

Bibliografia Básica

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2009.

BALEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SABBAG, Eduardo de Moares. **Direito Tributário**. 10ª ed. São Paulo: Premier Máxima, 2009.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELO, José Eduardo Soares de. **Curso de Direito Tributário**. 8 ed. São Paulo: Dialética, 2008.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário**. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direitos Financeiro e Tributário**. 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

Ementa

Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Títulos e Valores Mobiliários. Derivativos.

Objetivos

Abordar os aspectos relacionados com a constituição do Sistema Financeiro Nacional: Lei nº. 4.595 de 13/12/64, bem como as instituições que atuam no mercado de capitais. Lei nº. 4.728 de 14/07/63. Contabilização das operações das instituições financeiras, dentro das normas do Banco Central do Brasil.

Bibliografia Básica

LOPES, Alexandro Broedel. **Contabilidade e Controle de Operações com Derivativos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAUNDERS, Anthony– **Administração de Instituições Financeiras**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

CLIMENI, Luis Alberto Orsi – **Derivativos Financeiros e seus Riscos**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.(não tem na biblioteca)

WWW.cosif.com.br - COSIF – Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

Legislação do BACEN.

M.N.I – Manual de Normas e Instruções do Banco Central do Brasil.

NORMAS e procedimentos das Instituições Financeiras. COSIF. Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, MNI. Disponível em <www.bacen.gov.br>.

www.portaldecontabilidade.com.br. 2009.

5º PERÍODO

21. CONTABILIDADE AVANÇADA

Ementa

Consolidação de Balanços. Sociedades Controladas em Conjunto. Aspectos Societários e Contábeis relativos à Incorporação, Fusão e Cisão de Empresas. Tópicos Contábeis Contemporâneos: Leasing, Derivativos, Seguros.

Objetivo

Capacitar o estudante, no plano técnico e teórico, para o tratamento de tópicos especiais da Contabilidade ligados à teoria e ao desenvolvimento de algumas especialidades, principalmente os grupos empresariais; e para o conhecimento, de uma forma fundamentada, do contexto global da Contabilidade numa perspectiva atual, considerando as realidades nacional e internacional.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade avançada**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL Lei Nº 6.404, de 15/12/1976.

NEVES, Silvério; VICECONTI, Paulo E. **Contabilidade avançada**. 15 ed. São Paulo: Frase, 2007.

PEREZ JR., José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins. **Contabilidade avançada**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo/IBRACON. **Temas contábeis relevantes**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 8. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

22. DIREITO TRABALHISTA E LEGISLAÇÃO SOCIAL

Ementa

Empregador; Empregado; Normas Gerais de Tutela do Trabalho; Normas Especiais de Tutela do Trabalho; Contrato Individual de Trabalho. Organização Sindical e Convenção Coletiva do Trabalho; Justiça do Trabalho; Previdência e Assistência Social; Legislação Complementar.

Objetivo

Proporcionar o conhecimento da Legislação Trabalhista e Previdenciária compreendendo o processo das relações trabalhistas nos seus diversos âmbitos.

Bibliografia Básica

- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARRION, Valentin **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho - Legislação Complementar Jurispr.** - 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DELGADO. Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 8ª ed. São Paulo: LTR, 2009.
- ZAINAGHI, Domingos. **Curso de Legislação Social**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT Comentada**. – 6 ed. São Paulo: Saraiva 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- IBRAHIM, **Curso de Direito Previdenciário - série acadêmica** - 14 Ed. São Paulo: Impetus, 2009.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho** - 25 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, Aristeu. **Manual de Prática Trabalhista**. 43 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SARAIVA, Renato. **Direito do Trabalho**. 10 ed. São Paulo: Método, 2009.
- SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 6 ed. São Paulo: Método, 2009.

23. ANÁLISE DE CUSTOS

Ementa

Fundamentos básicos da análise de custos. Análise relação custo-volume-lucro. Ponto de equilíbrio. Custo padrão. Fixação do preço de venda.

Objetivo

Desenvolver conhecimento dos fatores que afetam os custos da empresa, proporcionando condições para uma análise orientada para o processo decisório.

Bibliografia Básica

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custo**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
LEONE, George S. Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
HORNGREN, Charles T; DATAR, Srikant M; FOSTER, George. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004

Bibliografia Complementar

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
KOLIVER, Olívio. **Contabilidade de custos**. Curitiba: Juruá, 2008.
NEVES, Silverio das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade de Custos**. 9º ed. Frase 2009.
SANTOS, Joel José. **Contabilidade e análise de custos**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
PASSARELLI, João; BOMFIM, Eunir de Amorim. **Custos: análise e controle**. 3. ed. São Paulo IOB; Thonson, 2005

24. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Ementa

Introdução à Administração Financeira. O Papel de Finanças e o Administrador Financeiro. Administração do Capital de Giro. Ciclo Operacional e Ciclo Financeiro. Necessidade de Capital de Giro. Estudo da Alavancagem. Introdução ao Estudo da Análise de Investimentos. Fontes de Financiamento. Planejamento e Controle de Resultados. Processo Orçamentário Empresarial. Principais Tipos de Orçamentos. Controle de Orçamento.

Objetivo

Demonstrar as diversas formas de avaliação de entrada e administração de recursos financeiros, compreendendo os modelos e diretrizes a serem seguidas a partir da elaboração do planejamento financeiro e controle dos orçamentos na busca da eficiência e eficácia do processo do planejamento, ajudando nos aspectos decisórios e modelando a área financeira como uma excelente fonte de informações gerenciais

Bibliografia Básica

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira – essencial**. 2ª ed. São Paulo: Bookman, 2001.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, Orçamento empresarial**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

GROPPELLI, A. **A Administração Financeira**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2002

ROSS, Stephen A. **Princípios de Administração Financeira**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANVICENTE, Antônio Zorato. **Administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

25. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ementa

Estrutura das Demonstrações Contábeis. Análise das Demonstrações Contábeis. Análise Vertical e Horizontal. Análise por Índices. Taxas de Retorno sobre Investimentos. Análise do Fluxo de Caixa. Relatórios de Análise.

Objetivo

Propiciar subsídios teóricos e práticos e aprofundar os conceitos da análise das demonstrações contábeis, enfatizando aspectos da legislação e das normas contábeis no que se trata aos entes, entidades e outros que têm como objeto de estudo A Ciência Contábil, bem como fornecer conhecimentos sobre a análise das demonstrações contábeis e a avaliação do desempenho econômico-financeiro das

organizações.

Bibliografia Básica

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira e de Balanços**. 6ª ed. São Paulo. Atlas, 2003.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9ª ed. São Paulo. Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, nº 191-A, de 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76**.

_____. Lei nº. 11.941 de 27 de maio de 2009. **Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76**.

_____. Lei nº. 6.404, de 1976. **Lei das Sociedades por Ações**.

_____. Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 23 de março de 1964.

6º PERÍODO

26. AUDITORIA CONTÁBIL

Ementa

Natureza e objetivos da Auditoria. Tipos de Auditoria. Normas profissionais de auditor independente. Planejamento da auditoria e a operacionalização de seus métodos e técnicas em suas múltiplas especialidades. Formação técnica do auditor. Controle interno: conceitos e objetivos. Procedimentos de Auditoria. Papéis de trabalho. Auditorias dos Grupos que compõem o Balanço Patrimonial. As principais atribuições da Auditoria de Tributos. Demonstrações Contábeis a serem auditadas. Auditoria do

Balanço Patrimonial e do Resultado do Exercício. Parecer de Auditoria. Elaboração de Relatórios.

Objetivo

Capacitar ao conhecimento sistêmico do campo de atuação do auditor, e estabelecer as condições necessárias à mensuração da exatidão dos registros contábeis e a apresentação das demonstrações financeiras.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
OLIVEIRA, Luíz Martins de et al. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar

ARAUJO, Inaldo da Paixão Oliveira; ARAUJO, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria Contábil: Enfoque Teórico, Normativo e Prático**. São Paulo: Saraiva, 2008.
CREPALDI, S. A.; **Auditoria contábil: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
PERES JUNIOR, J. H., **Auditoria de demonstrações contábeis: Normas e procedimentos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

27. CONTABILIDADE GERENCIAL

Ementa

Aspectos Introdutórios da Contabilidade Gerencial. Contabilidade Financeira versus Contabilidade Gerencial. Análise de Balanços como Instrumento da Avaliação de Desempenho. Custos para Decisão e Controle. Informações Contábeis para Decisões Especiais. Sistema de Informações Contábeis. Estudos de Casos.

Objetivos

Apresentar as idéias fundamentais da Contabilidade Gerencial, gerando informações

para o planejamento, o controle e a tomada de decisão no ambiente empresarial.

Bibliografia Básica

CREPALDI, Silvio A. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. São Paulo, Atlas, 1998.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W. **Contabilidade gerencial**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

JIAMBALVO, James. **Contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Bibliografia Complementar

ATKINSON, Anthony. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 6 ed. SP: Atlas, 1998.

PAVODEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. 2 ed. SP: Atlas, 1998

SAKURAI, Michiharu. Gerenciamento Integrado de Custos. São Paulo: Atlas, 1997.

28. ORÇAMENTO PÚBLICO

Ementa

Orçamento Público. Créditos Adicionais. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Orçamentária Anual (LOA). Orçamento e Planejamento Governamental. Práticas de Elaboração do Orçamento. Prazos e Processos Legislativos.

Objetivo

O objetivo do orçamento aplicado à administração pública é o de fornecer, aos gestores e ordenadores financeiros, informações atualizadas e exatas, dentro das modernas técnicas de planejamento, elaboração, interpretação e execução de modo que possa subsidiá-los nas tomadas de decisões.

Bibliografia Básica

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

CAMPOS, Djalma de. **Direito financeiro e orçamentário**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CRUZ, Fábio e outros. **Comentários à Lei 4.320/64**.

Bibliografia Complementar

BRASIL. [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) – Licitações. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. [Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994 – Licitações](#). Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. [Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 – Licitações](#). Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. Decreto [Lei nº 200](#), de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal Brasília: Presidência da República.

BRASIL. [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Normas de Finanças Públicas](#). Brasília: Congresso Nacional.

29. LABORATÓRIO DE PRÁTICA CONTÁBIL I

Ementa

Constituição de empresa. Práticas de escrituração de rotinas fiscais com uso de software específico de contabilidade. Cálculo e emissão dos impostos federais estaduais e municipais. Práticas de escrituração de rotinas trabalhistas com uso de software específico de contabilidade.

OBJETIVO

Desenvolver por meio de aplicativo específico de informática as atribuições práticas da profissão contábil relacionado-as com o conhecimento teórico visando simular o

empirismo de um ambiente empresarial objetivando preparar e capacitar os discentes para o mercado de trabalho.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Prática Trabalhista**. 42ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008

OLIVEIRA, Aristeu de. **Rescisão do Contrato de Trabalho**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003

OLIVEIRA, Luis Martins e CHIERREGATO, Renato. **Manual de contabilidade tributária**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL, **Consolidação das leis trabalhistas**. São Paulo: Saraiva, 2003

_____, **Regulamento do IR**

MARION, José C. **Contabilidade Empresarial**. 13ª Ed. São Paulo: Atlas 2007

NEVES, Silvério das e VICECONTE, E. **Curso prático de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Tributos Conexos**.

BRASIL, **Portal Tributário**

30. MERCADO DE CAPITAIS

Ementa

Instituições, Títulos e Indicadores do Sistema Financeiro Brasileiro. Mercado de Ações e seus Principais Indicadores. Características dos Bancos Comerciais. Bancos de Investimento e de Desenvolvimento. Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento. Risco na Atividade Bancária. Mercado de Opções e Futuro.

Objetivo

Descrever as principais instituições e instrumentos que compõem o mercado financeiro brasileiro, estudando os principais modelos de avaliação dos ativos negociados e dos seus riscos.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 10. Ed. São Paulo: Pearson, 2005.
LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Fundamentos do Mercado de Capitais**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
Legislação do BACEN e da CVM.
PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
SANTOS, José Evaristo dos. **Mercado financeiro brasileiro**. São Paulo: Atlas, 1999.

7.º PERÍODO

31. CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

Ementa

Noções Gerais. Estrutura político-administrativa brasileira. Receita e Despesa. Licitações. Desempenho da Despesa. Aditamento da Dívida Pública. Patrimônio Público. Escrituração e registro de operações dos fatos contábeis no setor público. Prática de Escrituração Sintética. Inventário. Prestação e julgamento das Contas Governamentais. Demonstrativos da Área Governamental, resultados apurados e suas análises. Prestação de Contas Governamentais.

Objetivo

Proporcionar aos alunos do Curso de Ciências Contábeis o conhecimento da Contabilidade aplicada ao âmbito da Administração Pública.

Bibliografia Básica

ANGÉLICO João. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10 ed. São Paulo: Atlas,

2006.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: Um Enfoque Administrativo-Livro de Exercícios..** São Paulo: Atlas, 2009

Bibliografia Complementar

PISCITELLE, Roberto Bocacoio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: Um Enfoque Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2009

JÚNIOR, Aduino Vicari; Cruz, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélio; NASCHENWENG, Rogério Rui. **Comentários a Lei 4.320/64.** 5 ed. Atlas. São Paulo: 2008.

AMORIM, Francisco Antonio de; SILVA, Moacir Marques da; SILVA, Valmir Leôncio. **Lei de Responsabilidade Fiscal para os Municípios: Uma Abordagem Prática.** 2 ed. Atlas. São Paulo: 2007.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL - 1988

HABCKOST, Fernando Tadeu Soledade. **Contabilidade governamental.** Porto Alegre: SAGRA, 2000.

32. PERÍCIA, AVALIAÇÃO E ARBITRAGEM

Ementa

Perícia Contábil; Avaliação; Mediação; e Arbitragem.

Objetivo

Desenvolver conhecimentos das atividades do Perito Contábil; Árbitro e Avaliador, Como funções inerentes ao profissional de Ciências Contábeis.

Bibliografia Básica

ALBERTO, Valter Luiz Palombo. **Perícia Contábil.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia Contábil.** 4.ed. São Paulo: Atlas,

2003.

SANTOS, et al., **Fundamentos de Perícia Contábil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Código civil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 844p.

BRASIL. **Código comercial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 802p.

BRASIL. Código de processo civil e legislação correlata. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, , 2001. 317p.

BRASIL. **Constituição brasileira de 1988: com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 32/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nºs 1 a 6/94**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, , 2001. 410p.

BRASIL. **Novo código civil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, , 2002. 342p. *(este código entrará em vigor a partir de 10 de janeiro de 2003)*.

CONSELHO Regional de Contabilidade. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. Porto Alegre: CRCRS, 2001. 280p.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias; SOUSA, Clóvis de; FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário. **Perícia contábil : Uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional. Casos Praticados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia contábil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009

33. LABORATÓRIO DE PRÁTICA CONTÁBIL II

Ementa

Escrituração contábil completa com aplicação de software específico de contabilidade. Apuração contábil do lucro. Levantamento das demonstrações contábeis. Emissão dos livros contábeis.

Objetivo

Desenvolver por meio de aplicativo específico de informática as atribuições práticas

da profissão contábil relacionado-as com o conhecimento teórico visando simular o empirismo de um ambiente empresarial objetivando preparar e capacitar os discentes para o mercado de trabalho.

Bibliografia Básica

SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo; **Manual de Práticas Contábeis**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária 3**. 2 ed. Saraiva, 2009

OLIVEIRA, Luis Martins e CHIERREGATO, Renato. **Manual de contabilidade tributária**. 9 ed. São Paulo: Atlas 2010.

Bibliografia Complementar

NEVES, Silvério das e VICECONTE, E. V. Paulo. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 15. ed. Frase, 2007

MARION, José C. **Contabilidade empresarial**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009

NEVES, Silvério das e VICECONTE, E. V. Paulo. **Curso prático de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Tributos Conexos**. 14. ed. Frase, 2009

BRASI, **Regulamento do IR**

34. AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Ementa

Introdução á Auditoria Governamental. Estrutura e Controle da Administração Pública. Normas e Técnicas de Auditoria. Etapas do Trabalho de Auditoria. Parecer e Relatório de Auditoria. Auditoria em Áreas Especializadas. Estudos de Caso de Auditoria Governamental.

Objetivo

Abordar a Auditoria de forma abrangente, trazendo os procedimentos aplicáveis à área governamental.

Bibliografia Básica

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de**

Auditoria Governamental. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de Auditoria Governamental: De Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública Aprovadas Pela INTOSAI.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Fundamentos da auditoria governamental e empresarial.** São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de Auditoria.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

35. ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

Ementa

Conceitos;Ética Geral; Empresarial e Profissional; Código de Ética Profissional do Contabilista; Processos, Infrações e Penalidades; Responsabilidade Civil, Criminal, Fiscal e Social; Legislação do Exercício Profissional.

Objetivo

Proporcionar o conhecimento dos fundamentos da ética geral, observando sua aplicabilidade no campo profissional, possibilitando a formação de um profissional consciente dos seus deveres enquanto cidadão e profissional responsável por atos compatíveis com o código de ética e as normas que regulam sua profissão.

Bibliografia Básica

CFC. **Código de Ética Profissional.** 6. ed. Brasília, 2004.

FIPECAFI. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade.** 2. ed. São Paulo, Atlas, 1997.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética Profissional.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

BOFF, Leonardo. **Ética e moral.**5. ed. Petrópolis. Vozes, 2009.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué C. da. **Conversando Sobre ética e sociedade.** 16.

ed. Petrópolis. Vozes, 2009.

8.º PERÍODO

36. ESTÁGIO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL III

Ementa

Desenvolvimento de atividades práticas concernentes à Auditoria Contábil e Governamental.

Objetivo

Promover a inserção do aluno no universo da Auditoria, conduzindo-o ao desenvolvimento de atividades práticas condizentes com os conhecimentos adquiridos e acumulados durante o curso. Especificamente, o objetivo é integrar os conhecimentos das várias disciplinas lecionadas, aplicando-as na prática da Contabilidade.

Bibliografia Básica

Bibliografia elencada nas disciplinas do campo de formação profissional do curso.

Bibliografia Complementar

Bibliografia elencada nas disciplinas do campo de formação profissional do curso.

37. TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE

Ementa

Discussão de temas contemporâneos de Contabilidade.

Objetivo

Apresentar o que existe de mais atualizado e elevado no campo das Ciências Contábeis.

Bibliografia Básica

Toda e qualquer publicação que possa auxiliar no desenvolvimento dos temas.

Bibliografia Complementar

Toda e qualquer publicação que possa auxiliar no desenvolvimento dos temas.

38. CONTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Ementa

A contabilidade como sistema de informação para a gestão de recursos ambientais e sociais. Ativos ambientais: avaliação e depreciação, amortização e exaustão. Passivos ambientais: mensuração e apropriação; Auditoria ambiental; Relatórios contábeis ambientais e sociais.

Objetivo

Tratar da questão ambiental sob o aspecto da Contabilidade e da informação adequada para os gestores do meio ambiente.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental**: uma informação para desenvolvimento sustentável. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental**: evidenciação nos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

39. CONTROLADORIA

Ementa

Visão sistêmica da empresa. O papel da controladoria no processo de gestão. Processo de gestão: planejamento, execução e controle. Modelo de decisão, informação e mensuração. Avaliação de desempenho.

Objetivo

Apresentar os principais instrumentos e ferramentas que o Controller deve utilizar, bem como o sistema integrado de informações gerenciais.

Bibliografia Básica

CATELLI, Armando. Controladoria(GECON)Ed. Atlas

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação.** 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Controladoria: gestão eficaz utilizando padrões.** São Paulo: Saraiva, 2004.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de Controladoria.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006

40. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Ementa

Elaboração de monografia de conclusão de curso; orientação do problema; metodologia e redação de texto científico; defesa de trabalho de conclusão de curso perante banca examinadora.

Bibliografia Básica

COSTA, Ana Rita Firmino da et al. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos.** 6. ed. Maceió: edUFAL, 2004.

GIL, Loureiro Antonio

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. Campinas, SP:

editora Alínea, 2003.

NUNES, Rizzato. Manual da Monografia. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 6. ed.rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho** científico. 19. ed., São Paulo: Cortez, 1993.

TRALDI, Maria Cristina & DIAS, Reinaldo. **Monografia passo a passo**. 3. ed. Campinas,SP: Editora Alínea, 2001.

CONTEÚDOS OPTATIVOS

CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ementa

Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Títulos e Valores Mobiliários. Derivativos.

Objetivos

Abordar os aspectos relacionados com a constituição do Sistema Financeiro Nacional: Lei nº. 4.595 de 13/12/64, bem como as instituições que atuam no mercado de capitais. Lei nº. 4.728 de 14/07/63. Contabilização das operações das instituições financeiras, dentro das normas do Banco Central do Brasil.

Bibliografia Básica

LOPES, Alexandro Broedel. **Contabilidade e Controle de Operações com Derivativos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2003. NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAUNDERS, Anthony– **Administração de Instituições Financeiras**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

CLIMENI, Luis Alberto Orsi – **Derivativos Financeiros e seus Riscos**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.(não tem na biblioteca)

WWW.cosif.com.br - COSIF – Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

Legislação do BACEN.

M.N.I – Manual de Normas e Instruções do Banco Central do Brasil.

NORMAS e procedimentos das Instituições Financeiras. COSIF. Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, MNI. Disponível em <www.bacen.gov.br>.

www.portaldecontabilidade.com.br. 2009.

CONTABILIDADE INTERNACIONAL

Ementa

Discussão dos principais aspectos da harmonização contábil internacional, seus organismos regulamentadores e as diferenças relevantes entre os padrões nacionais e internacionais.

Bibliografia Básica

FIPECAFI. ERNST & YOUNG. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

LEMES, Sirlei. COSTA, Fábio M. da. CARVALHO, Nelson. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Alexandre M. O. *et al.* **Contabilidade internacional: gestão de riscos, governança corporativa, contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

MOURAD, Nabil A. **IFRS 8 – segmentos operacionais: contabilidade internacional – International Financial Reporting Standards – IFRS – v. 7**. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional avançada**. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Contabilidade Internacional: equivalência patrimonial - 10**. São Paulo: Atlas, 2006.

WEFFORT, Elionor F. J. **Brasil e a harmonização contábil internacional: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado – v. 3.** São Paulo: Atlas, 2005.

CONTABILOMETRIA

EMENTA

Aplicação do instrumental quantitativo que melhore a qualidade ou torne possível a elaboração de informações de caráter contábil, necessárias aos processos de planejamento e controle econômico financeiro.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Eduardo L. de. **Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões.** 4 ed. São Paulo: LTC, 2009.

CORRAR, Luis J. THEÓPHILO, C. R. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACHTERMACHER, Gerson. **Pesquisa operacional na tomada de decisões.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Bibliografia Complementar

LEVINE, David M. et al. **Estatística – teoria e aplicações.** 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

MUROLO, Afrânio C. *et al.* **Pesquisa operacional para os cursos de economia, administração e ciências contábeis.** 3 ed. 11 t. São Paulo: Atlas, 1998.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Harbra, 2001.

CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

Ementa

Compreensão do funcionamento das entidades de interesse social, denominadas associações, fundações, organizações sociais, bem como da gestão contábil e prestação de contas, benefícios e obrigações.

Bibliografia Básica

ARAUJO, Osório C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

CASTRO, Domingos P. de. **Auditoria e controle interno na administração pública: guia para atuação das auditorias e organização dos controles internos nos estados, municípios e ONGs**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Aristeu de. ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

FRANÇA, José Antônio de et al. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2004.

OLAK, Paulo A. NASCIMENTO, Diogo T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**. 5. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

LIBRAS

Ementa:

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myr na. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor**. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, vol. I Básico, 2000.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, vol. II Intermediário, 2000.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, vol. III Avançado, 2001.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, volume IV Complementação, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, caminhos para uma nova Identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Editor a Artmed, 2004.

THOMA, Adriana; LOPES, Maura (Orgs). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

8. ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Curricular, requisito legal para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, constitui parte integrante obrigatória das atividades curriculares, no âmbito do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC. O Estágio Curricular poderá ser realizado na própria Instituição ou através de pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, estando obrigatoriamente sob a coordenação, acompanhamento e a orientação da Coordenação de Estágio e da Coordenação de Curso.

O Estágio Curricular é uma prática pedagógica que visa proporcionar ao aluno, durante o período de sua formação, a oportunidade de presenciar e/ou simular situações que irá utilizar após a conclusão do curso, conhecendo na prática os modelos, técnicas e conceitos por ele estudados e vivenciados em sala de aula, promovendo, desta forma, a integração necessária entre a teoria e a prática.

Para tanto, serão necessários os conhecimentos prévios dos conteúdos trabalhados nas disciplinas:

Para Estágio de Iniciação Profissional I, e II:

- I. Contabilidade Introdutória
- II. Contabilidade Intermediária I
- III. Contabilidade Intermediária II
- IV. Teoria da Contabilidade
- V. Contabilidade Avançada

Para Estágio de Iniciação Profissional III:

- VI. Orçamento Público
- VII. Contabilidade Governamental

No Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, o Estágio Curricular está denominado de Estágio de Iniciação Profissional I, Estágio de Iniciação Profissional II e Estágio de Iniciação Profissional III, com regulamentação e coordenação próprias, aprovados pelo Colegiado de Curso, em consonância com a Resolução CNE/CES nº10, de 16 de dezembro de 2004.

O Curso oferece o Estágio nas suas dependências da IES, tendo para isso Laboratório e *Softwares* que congregam as diversas linhas de pensamento contábil, as quais atendem aos requisitos necessários para a sua realização e aproveitamento condizentes.

O Curso, no entanto, possibilita que o aluno tenha a experiência de Estágio também fora da Instituição, para tanto, é celebrado um contrato entre a IES e a organização que oferece a oportunidade de Estágio, de acordo com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre a temática.

Considerando a realidade da grande maioria dos alunos dos cursos noturnos, que corresponde, também, a dos alunos do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC torna-se inviável o desenvolvimento do estágio da forma como é realizado tradicionalmente em outros cursos de graduação, tendo em vista que muitos trabalham nos turnos da manhã e tarde e acabam ficando impossibilitados de realizar o Estágio em outras organizações.

Também tem sido observado que em boa parte dos casos em que são oferecidos estágios, eles estão desvirtuados do objetivo principal, em razão da necessidade de outras atividades serem realizadas em algumas dessas empresas, o estagiário acaba desempenhando funções distintas das que deveria estar cumprindo como parte complementar indispensável à sua formação. Por outro lado foi observado que, em casos extremos, o aluno é mantido dentro da organização apenas por ser uma mão de obra relativamente barata, e acaba exercendo os mais diversos serviços, quase sempre desagregando a consolidação da necessária ligação entre teoria e prática que é a proposta do Estágio Curricular

Comprometida com a qualidade do profissional que está formando, o Curso, optou por oferecer o Estágio nas dependências da IES, realizado na presença do professor, com uma melhor orientação e onde o acompanhamento é feito de forma contínua.

Cumprindo o disposto na Resolução CNE/CES nº10, de 16 de dezembro de 2004, o Estágio poderá ter suas atividades reprogramadas e reorientadas de acordo com os

resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os órgãos responsáveis pela sua realização e avaliação concluam que está sendo resguardado o padrão de qualidade necessário e indispensável para o exercício da profissão.

Sendo o Estágio parte dos componentes curriculares obrigatórios, o aluno deverá cumprir atividades necessárias à sua realização, denominadas de atividades extra-classe e que se constituem em pesquisas que podem ser desenvolvidas através de visita a organizações e a órgãos públicos de regulamentação de formalizações contábeis, além dos conteúdos bibliográficos que contribuam com informações e dados necessários ao cumprimento dos objetivos que norteiam o Estágio.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, em obediência às determinações da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, disponibiliza um total de 200 (duzentas) horas para a realização das atividades complementares.

Esse componente curricular tem por objetivo reconhecer, através de processo avaliativo, os conhecimentos adquiridos pelo aluno em atividades vivenciadas dentro e fora do ambiente acadêmico de modo a inseri-lo no processo de extensão, conduzindo-o e estimulando-o a buscar a prática de estudos e atividades independentes que contribuam para uma formação completa, promovendo, assim, uma efetiva ampliação das informações contidas nos conteúdos dos componentes curriculares de Formação Básica, Formação Profissional e Formação Teórico-Prática oferecidos pelo Curso.

Nessa unificação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e em atividades classificadas como complementares, o discente cumpre o ciclo proposto nos quatro pilares da educação contemporânea, conforme cita a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO: “...aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e aprender a conhecer.” Esses eixos devem constituir ações permanentes que visem à formação do educando como pessoa dentro

dos contextos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, almejados pelo processo ensino-aprendizagem, consolidando o vínculo escola - sociedade, tendo como resultado a formação de um cidadão ético, responsável e preparado segundo o perfil traçado para o profissional, que se pretenda inserir no mercado de trabalho.

As Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, estão definidas conforme o que dispõe do artigo 8º da Resolução CNE/CES nº10/04, e segundo orientações da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade, órgão regulador da profissão. Essas Atividades estão divididas em três categorias: atividades de ensino, atividades de pesquisa e atividades de extensão e cultura que deverão ser cumpridas pelo aluno num total de 200 (duzentas) horas, não ultrapassando o limite de 100 (cem) horas por grupo de cada categoria.

9.1 ESPAÇOS E PARCERIAS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Com o intuito de auxiliar o aluno no cumprimento das Atividades Complementares, e incentivar o processo de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - FAFIC, através do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, oferece Cursos de Capacitação e Extensão, Programa de Monitoria, Semanas voltadas para o desenvolvimento de Seminários, Palestras, Mini Cursos, apresentação de trabalhos resultantes dos Programas de Pesquisa desenvolvidos pelo Curso através do Núcleo de Pesquisa e Extensão Acadêmica - NEPA, tais como o Grupo de Estudo e Pesquisa em Contabilidade e Áreas Afins da FAFIC – GEPCAAF, grupo de estudo permanente que desenvolve artigos científicos resultantes dos estudos realizados. Outro evento a ser destacado é o Encontro de Contabilidade realizado anualmente, durante uma semana, bem como os desenvolvidos pelos demais cursos da Instituição, a exemplo da Semana Jurídica, Seminário de Filosofia e Ciclo de Palestras de Serviço Social. Ainda merecem destaques as parcerias celebradas com Órgãos Nacionais de incentivo ao Estágio,

como o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, o Instituto Euvaldo Lodi – IEL; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba– TCE-PB através do Projeto de Extensão “ Por uma Gestão Pública e Responsável: Uma Contribuição aos municípios do Alto Piranhas”, Prefeitura da Cidade de Cajazeiras, através do Projeto Empreender, e com Instituições Financeiras a exemplo do Banco Real.

As Atividades Complementares estão definidos em Regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso.

10. CORPO DOCENTE

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 1.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Aline Cristina de Araújo F. Silva	Administração	Mestre	Engenharia de Produção	Administração Geral
Simone César de Farias	Ciências Contábeis	Especialista	Controladoria	Contabilidade Introdutória
José Flávio Soares Portela	Licenciatura em Matemática	Mestre	Meteorologia	Matemática Básica
José Antônio Araruna Neto	Sociologia	Especialista	Sociologia	Sociologia das Organizações
Maria Vanice Lacerda de Melo	Letras	Mestra	Letras	Comunicação Empresarial

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 2.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Descartes Almeida Fontes	Ciências Contábeis	Especialista	Controladoria	Informática Aplicada a Contabilidade
Joilma Andrade de Araújo	Ciências Contábeis	Especialista	Auditoria	Contabilidade Intermediária I
Sandra Mayjane Soares Belchior	Economia	Especialista	Economia	Fundamentos de Economia
Marcio de Lima Pacheco	Filosofia	Mestre	Filosofia	Antropologia Filosófica
Francisco Francinaldo Bezerra Lopes	Direito	Especialista	Direito	Instituições do Direito Público e Privado

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 3.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Joilma Andrade de Araújo	Ciências Contábeis	Especialista	Auditoria	Contabilidade Intermediária II
José Flávio Soares Portela	Matemática	Mestre	Meteorologia	Matemática Financeira e Atuarial
Evilásio dos Santos Silva	Letras	Mestrando	Letras	Introdução à Pesq. Cient.em Contabilidade
Rhodolfo Allyson Felix A. Lima	Matemática	Mestre	Meteorologia	Estatística Aplic. aos Negócios
Iarley Pereira de Sousa	Direito	Especialista	Direito	Direito Empresarial

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 4.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Joseima Dantas Ageu	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade	Teoria da Contabilidade
Nadflânia Duarte Meira	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos
Carolina de Meneses Pontes	Direito	Especialista	Direito	Direito e Legislação Tributária
Rhodolfo Allyson Félix A. Lima	Matemática	Mestre	Meteorologia	Métodos Quant. Aplic. à Contabilidade
Descartes Almeida Fontes	Ciências Contábeis	Especialista	Controladoria	Contabilidade das Instituições Financeiras

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 5.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Joilma Andrade de Araújo	Ciências Contábeis	Especialista	Auditoria	Contabilidade Intermediária I
Nadflânia Duarte Meira	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade de Custos	Análise de Custos
Carolina de Meneses Pontes	Direito	Especialista	Direito	Direito e Legislação Social
Fabiano Ferreira Batista	Ciências Contábeis	Mestrando	Contabilidade	Análise das Demonstrações Contábeis
Descartes Almeida Fontes	Ciências Contábeis	Especialista	Controladoria	Administração Financeira e Orçamento

				Empresarial
--	--	--	--	-------------

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 6.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Marzo Tereshkove Anacleto e Andrade	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade	Orçamento Público
Nadflânia Duarte Meira	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade de Custos	Estágio de Iniciação Profissional I
Joseilma Dantas Ageu	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade	Auditoria Contábil
Elza de Farias Oliveira	Ciências Contábeis	Especialista	Controladoria	Contabilidade Gerencial
Heriano Azevedo de Lucena	Ciências Contábeis	Mestre	Contabilidade de Custos	Mercado de Capitais

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 7.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Marzo Tereshkove Anacleto e Andrade	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade	Contabilidade Governamental
Nadflânia Duarte Meira	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade de Custos	Estágio de Iniciação Profissional II
Joseilma Dantas Ageu	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade	Auditoria Governamental
Márcio Pacheco	Filosofia	Mestre	Filosofia	Ética e Legislação Profissional
Heriano Azevedo de Lucena	Ciências Contábeis	Mestre	Controladoria	Mercado de Capitais

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO - 8.º PERÍODO LETIVO

Nome do Docente	Graduação	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina
Elza de Farias Oliveira	Ciências Contábeis			Contabilidade Ambiental e Social
Heriano Azevedo de Lucena	Ciências Contábeis	Mestre	Controladoria	Controladoria

Joseilma Dantas Ageu	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade
Evilásio dos Santos Silva	Letras	Mestrando	Letras	Trabalho de Conclusão de Curso
Marzo Tereshkove Anacleto e Andrade	Ciências Contábeis	Especialista	Contabilidade	Estágio de Iniciação Profissional III

9. METODOLOGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

9.1. Sistema de avaliação

A concepção de avaliação, adotada institucionalmente, é marcada por dois princípios básicos: o da processualidade e o da emancipação dos sujeitos. Isso significa dizer que a avaliação do ensino e da aprendizagem deverá ocorrer processualmente, ao longo de cada semestre e através de diferentes situações. Os docentes, incorporando essa concepção, trabalham a avaliação em consonância com o processo de ensino, promovendo situações de análise paritária das relações, dos procedimentos didáticos e dos resultados obtidos ao longo do período. A participação do aluno exercida na condição de sujeito dos processos de ensino, da aprendizagem e avaliativo, materializará o princípio emancipatório, uma vez que *“o compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação”* (Saul, 2000 p. 61).

O sistema de avaliação admitido pela FAFIC para acompanhar, analisar e redirecionar os encaminhamentos do ensino e da aprendizagem está, inicialmente, pautado no que recomenda a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 e no que preceitua o Regimento Interno da Faculdade e, nesse sentido, a avaliação do desempenho escolar é feita por componente curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento conforme as normas estabelecidas no capítulo V – Da Verificação do Rendimento Escolar, artigos 53 a 69 do Regimento Interno desta IES, reproduzido abaixo:

CAPÍTULO V

Da Verificação do Rendimento Escolar

Art. 53. A verificação do rendimento escolar será feita por período letivo, em cada disciplina, compreendendo:

- I - apuração da freqüência às atividades didáticas;
- II - avaliação do aproveitamento.

Art. 54. Será considerado reprovado na disciplina, o aluno que não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) da freqüência às atividades didáticas respectivas realizadas no período letivo.

Parágrafo único. Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica.

Art. 55. O aproveitamento escolar será estabelecido através de acompanhamento contínuo do desempenho das atividades escolares do aluno e, especialmente, dos resultados por este obtidos nos exercícios de verificação.

Parágrafo único. Consideram-se exercícios de verificação:

- I - exercícios escolares;
- II - exame final.

Art. 56. Entende-se por exercícios escolares:

- I – exercícios em classe;
- II – trabalhos escolares.

§ 1º Consideram-se exercícios em classe:

- I - os exercícios escritos em classe;
- II - as arguições e apresentações em classe de assuntos previstos no plano de ensino da disciplina.

§ 2º São considerados trabalhos escolares:

- I - apresentação de relatórios;
- II - elaboração de projetos;

- III - trabalhos sobre assuntos previstos nos planos de ensino da disciplina, elaborados fora de classe;
- IV - estágio supervisionado.

Art. 57. Será realizado, em cada período letivo, por disciplina, o mínimo de dois exercícios escolares de verificação para as disciplinas com carga horária de até quarenta e cinco horas e o mínimo de três para as disciplinas de carga horária superior a quarenta e cinco horas e mais o exame final.

Parágrafo único. O Conselho Departamental baixará normas disciplinando a execução da PRÁTICA DE ENSINO e a elaboração da MONOGRAFIA.

Art. 58. Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido ao exame final, comprove impedimento legal ou motivo de doença, atestado por serviço médico.

§ 1º O candidato a exame de segunda chamada poderá requerê-lo à Secretaria da Faculdade, por si ou por procurador legalmente constituído, no prazo de cinco dias úteis após o exame a que não compareceu.

§ 2º A época da realização do exame de segunda chamada será fixada pela Secretaria da Faculdade, de comum acordo com o professor da disciplina e a respectiva chefia departamental.

Art. 59. Será considerado aprovado por média, na disciplina, o aluno que satisfizer as seguintes condições:

- I – frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades didáticas previstas no período letivo;
- II – obtenção de média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) nos exercícios escolares.

§ 1º O aluno que não obtiver aprovação por média, tendo, porém, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média não inferior a 4,0 (quatro) nos exercícios escolares, submeter-se-á a exame final.

§ 2º É considerado reprovado, sem direito a exame final, o aluno que apresentar frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) ou média inferior a 4,0 (quatro) nos exercícios escolares, e terá a média obtida como nota final do período.

Art. 60. O exame final versará sobre toda a matéria ministrada durante o período letivo.

Parágrafo único. O não comparecimento ao exame final importará em nota zero.

i. Art. 61. As notas atribuídas aos alunos variarão de zero a dez, permitido o fracionamento.

Art. 62. A falta do aluno a qualquer dos exercícios escolares importará em nota zero, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O aluno que não comparecer ao exercício escolar programado, terá direito a um exercício de reposição por disciplina, devendo o conteúdo ser o mesmo do exercício escolar a que não compareceu.

Art. 63. Será considerado aprovado mediante exame final o aluno que obtiver média aritmética igual ou superior a 5,0 (cinco), resultante da média dos exercícios escolares e da nota do exame final.

Parágrafo único. No cálculo da média dos exercícios escolares e da média final, serão desprezadas as frações menores que 0,05 (cinco centésimos) e aproximadas para 0,1 (um décimo) as iguais ou superiores.

Art. 64. O aluno que não se submeter ao exame final será considerado reprovado.

Art. 65. Em nenhuma hipótese será permitida a revisão de provas.

Art. 66. Ao estudante amparado na forma da lei, será permitido o regime de

exercícios domiciliares.

Parágrafo único. O benefício de que trata este artigo depende da apresentação de atestado médico e deferimento do Diretor da Faculdade.

Art. 67. O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a freqüência, sejam as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de freqüência e de aproveitamento estabelecidas neste Regimento.

Art. 68. É promovido ao período letivo seguinte do curso, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período anterior, admitindo-se a promoção com dependência em até duas disciplinas.

§ 1º O aluno promovido em regime de dependência deverá matricular-se, obrigatoriamente, na série seguinte e nas disciplinas das quais depende, observando-se, no novo período, a compatibilidade de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de freqüência e aproveitamento estabelecidas neste Regimento.

§ 2º Para compatibilizar o horário das disciplinas em dependência, o aluno poderá deixar de cursar disciplinas da nova série, devendo nestas ser matriculado nos períodos seguintes, a critério do Diretor da Faculdade.

§ 3º O aluno que for reprovado nas disciplinas em dependência não poderá matricular-se no período subsequente, condicionando-se o prosseguimento dos seus estudos a sua aprovação nessas disciplinas e naquelas residuais não cursadas em função da compatibilização de horário de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

§ 4º As disciplinas em dependência, bem como as residuais, estão sujeitas às mesmas exigências de freqüência e aproveitamento estabelecidas neste Regimento.

§ 5º Ao repetir qualquer período letivo do curso, o aluno fica dispensado das

disciplinas em que já tenha sido aprovado.

Art. 69. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter a duração de seus cursos abreviada, de acordo com as normas vigentes.

10. POLÍTICA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Para que se possa moldar o formando no perfil traçado pela FAFIC é de suma importância a realização de atividades acadêmicas de Pesquisa e Extensão, além da organização curricular e os conteúdos de cada disciplina. Para tanto, existe uma série de medidas a ser adotada, tanto pela IES como pelo seus corpos docente e discente.

Em linhas gerais, serão levadas em conta as determinações do PDI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC., já devidamente regulamentado aprovado.

O docente deverá desenvolver suas atividades de ensino, adotando as seguintes posturas: *técnico-generalista* (visão ampla associada às específicas); *crítica e ética* frente à sociedade, à profissão e à evolução do conhecimento; *associativa* do conhecimento científico e normativo, bem como de conhecimento multidisciplinar, relacionando a interdependência do saber; incentivando a pesquisa.

A IES se responsabilizará pela promoção de encontros para formação, capacitação e atualização técnica dos docentes. Também oportunizará a sua participação em convenções, seminários, encontros e congressos da área, além de todas as outras medidas contempladas pela Política de Qualificação Docente.

Também são de responsabilidade da FAFIC:

- Atualizar, com constância, o acervo bibliográfico;
- Dispor à comunidade acadêmica vídeos, teleconferências e periódicos atualizados;
- Promover intercâmbio com usuários de informações contábeis, através de encontros e pesquisas;
- Incentivar a Pesquisa e a Extensão.
- Promover intercâmbio dos discentes com alunos de outras instituições;
- Apoiar iniciativas dos alunos, de forma individual e coletivamente;

A Pesquisa e a Extensão deverão ser regulamentadas por resoluções internas quando da articulação destas, mediante aprovação do Curso de Ciências Contábeis pelos órgãos competentes, seguindo, também, as orientações existentes no PDI da IES.

A Pesquisa terá como objetivos principais desenvolver o conhecimento e o caráter investigativo do curso; apoiar o ensino; oportunizar a realização de projetos que venham beneficiar a comunidade local, atendendo necessidades e promovendo a sociedade justa e igualitária; promover a abertura da instituição à comunidade, estabelecendo intercâmbio e partilha de experiência e dando à Faculdade um caráter sócio-político. A IES deverá, então, manter programas de estudo e pesquisa entre professores e alunos, com intercâmbio de instituições e contato com órgãos oficiais e privados de pesquisa, no sentido de canalizar recursos e promover pesquisas específicas.

A Extensão terá como objetivos principais apoiar o ensino; atualizar conhecimentos contábeis; confrontar o conhecimento estudado com a realidade e tendências da área e áreas afins; permitir contato com o futuro ambiente de trabalho; oportunizar a prática profissional; divulgar trabalhos do curso; integrar o aluno à sociedade. Assim sendo, a IES assumirá a responsabilidade de promover semanas acadêmicas, seminários, convenções regionais, debates, palestras, mesas-redondas, eventos de

caráter sócio-culturais e esportivos, trabalhos comunitários e visitas a escritórios, empresas públicas e privadas, entidades de classe e órgãos públicos. Tudo em consonância com as previsões do art. 44, inciso IV, da LDB (9.394/96) e com as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FAFIC.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, é Componente Curricular obrigatório para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis, está inserido na estrutura curricular no último semestre letivo, e deve ser apresentado em forma de Monografia, o objetivo do TCC, vem de encontro à política de incentivo a Pesquisa, e Iniciação Científica desenvolvida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC. O Trabalho deverá ser desenvolvido sob a orientação de professores da área de Contabilidade, com o auxílio de professores da área de Metodologia Científica, e sob a Coordenação de um professor responsável pelo Trabalho de Conclusão de Curso, que irá responder pela coordenação dos trabalhos com o intuito de dirimir e solucionar problemas que possam surgir durante a execução.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser desenvolvido necessariamente com temas da área Contábil, e a avaliação será feita através do exame de material escrito, da apresentação oral e da frequência durante as aulas de orientação, antes da avaliação final o aluno deverá passar por uma banca examinadora, denominada pré-banca para auxiliar na conclusão e verificação do cumprimento dos objetivos propostos no Regulamento do TCC.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades de apresentação e defesa dos trabalhos de conclusão de curso a serem preparados pelos alunos da

Faculdade, e indispensável para a colação de grau.

Art. 2º O trabalho de conclusão de curso – TCC consiste em um texto elaborado sob a orientação de um professor do Curso, é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da FAFIC.

Art. 3º Os objetivos gerais que norteiam a feitura e a apresentação do TCC são, com respeito aos alunos do Curso:

- I - propiciar ocasião de demonstrarem o grau de habilitação adquirido;
- II - ensejar o aprofundamento temático;
- III - estimular a produção científica;
- IV - promover a consulta de bibliografia especializada;
- V - aprimorar a capacidade de interpretação e crítica;
- VI - contribuir para a desenvoltura na apresentação de suas idéias;
- VII- concorrer para a aplicação de conhecimentos adquiridos de metodologia, tanto da pesquisa quanto do trabalho científico.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 4º Compete à Coordenação do Curso, no tocante à elaboração, apresentação e defesa do TCC:

- I - tomar em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;
- II - indicar os professores orientadores;
- III - designar os membros das bancas examinadores.

Art. 5º Compete ao Colegiado do Curso:

- I - sugerir alterações neste Regulamento;
- II - resolver os casos omissos neste Regulamento e interpretar seus dispositivos;

III - analisar, em grau de recurso, as decisões da Coordenação do Curso em matéria atinente ao TCC.

Art. 6º Pode o Coordenador do Curso convocar, quando necessárias, reuniões com os professores orientadores, buscando cumprir e fazer cumprir este Regulamento e disposições legais pertinentes à matéria.

Capítulo I

41. Dos Professores Orientadores

Art. 7º Cabe à Coordenação do Curso indicar os professores que integram o quadro de orientadores.

§ 1º Os professores orientadores são indicados para períodos de um ano.

§ 2º Os professores orientadores deverão dedicar, no mínimo, três horas semanais às tarefas decorrentes da função.

Art. 8º Aos professores orientadores compete, em especial:

- I - proporcionar orientação aos alunos em fase de elaboração do TCC;
- II - participar das bancas para as quais estiverem designado, em especial as de seus orientandos;
- III - atender, semanalmente, no horário estabelecido, aos orientandos;
- IV - atender às convocações do Coordenador do Curso;
- V - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 9º Cabe ao aluno escolher o professor orientador dentre os listados, semestralmente, pela Coordenação do Curso.

§ 1º Ao assinar o projeto de TCC o professor está aceitando a sua orientação.

§ 2º Se o aluno desejar poderá indicar um co-orientador, desde que assumam os eventuais custos de tal serviço e obtenha prévia aprovação de seu orientador.

Art. 10. Na indicação dos professores orientadores o Coordenador do Curso deve observar o plano de trabalho da Coordenação e levar em consideração, sempre que possível, a distribuição de tarefas de acordo com as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição eqüitativa de orientandos entre eles.

Art. 11. Cada professor pode orientar, no máximo, 05 (cinco) alunos por semestre.

Art. 12. O aluno, ou professor orientador, que desejar substituição, deve encaminhar solicitação neste sentido, acompanhada de justificativa, à Coordenação do Curso que se pronunciará segundo as circunstâncias apresentadas.

Art. 13. A responsabilidade pela elaboração e apresentação do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar, adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

TÍTULO III DA ELABORAÇÃO DO TCC

Art. 14. É considerado aluno apto à realização do trabalho de conclusão de curso todo aquele que estiver, regularmente, matriculado em um dos dois últimos períodos do Curso e já esteja aprovado em todas as disciplinas até o antepenúltimo período, inclusive.

Art. 15. O aluno em fase de realização do trabalho de conclusão de curso tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I - freqüentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Curso ou pelo seu orientador;
- II - manter contatos, no mínimo quinzenais, com o orientador, para discussão e aprimoramento de suas tarefas, devendo justificar eventuais faltas;
- III - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso para apresentação de projetos, relatórios parciais e o TCC;
- IV - entregar ao orientador, ao término da primeira etapa de elaboração do

- trabalho de conclusão de curso, relatório parcial das atividades desenvolvidas no período, em duas vias;
- V - elaborar a versão final do seu TCC, de acordo com o presente Regulamento e as instruções do orientador;
 - VI- comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender a versão final do seu TCC;
 - VII- cumprir este Regulamento.

Capítulo I

Do Projeto de TCC

Art. 16. O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com este Regulamento e com as orientações do seu professor orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação e no manual fornecido pela Coordenação do Curso, no que forem aplicáveis.

Art. 17. A estrutura do projeto de TCC compõe-se de;

- I - apresentação;
- II - definição do problema;
- III - justificativa;
- IV - objetivos;
- V - levantamento bibliográfico inicial;
- VI - metodologia a ser empregada;
- VII- instrumentos de coleta de dados, quando houver pesquisa de campo;
- VIII- cronograma.

Art. 18. O projeto de TCC deve ser entregue ao orientador em duas vias digitadas e assinadas, até o final do período regular de matrícula.

§ 1º Cabe ao orientador a avaliação e aprovação do projeto apresentado pelo aluno.

§ 2º O projeto reprovado deve ser devolvido ao aluno no prazo de até 5 (cinco) dias

úteis, para que seja reformulado ou refeito e possa ser entregue, novamente, ao orientador antes do término do período de ajuste de matrículas.

§ 3º Aprovado o projeto de TCC, um exemplar é arquivado na Coordenação do Curso, permanecendo o outro com o professor orientador.

Art. 19. Para a aprovação do projeto de TCC deve ser levada em consideração a existência ou não de trabalho já apresentado e defendido com base em projeto idêntico.

Art. 20. Aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema somente será permitida mediante a elaboração de um novo projeto e atendimento dos seguintes requisitos:

- I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 30(trinta) dias, contados da data de início do período letivo;
- II - haver a aprovação do professor orientador;
- III- existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo.

Parágrafo único. Mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo orientador.

Capítulo II

Do Relatório Parcial

Art. 21. O relatório parcial sobre o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso deve conter informações detalhadas acerca das pesquisas e estudos realizados na primeira fase de atividades.

Parágrafo único. Aplicam-se à avaliação do relatório parcial, no que couber, os mesmos critérios e notas utilizados na FAFIC para a avaliação das demais disciplinas.

Capítulo III

Do Relatório Final

Art. 22. O TCC deve ser elaborado considerando-se:

- I - as normas contidas neste Regulamento;
- II- na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação e no Manual de Normas e Instruções Destinado aos Alunos;
- III - no seu conteúdo, os objetivos estabelecidos no artigo 3º deste Regulamento;
- IV - a vinculação direta do seu tema com a profissão futura do aluno, pela sua inserção nas áreas de conhecimento das ciências e técnicas educacionais referidas nas disciplinas ofertadas no currículo pleno do Curso.

Art. 23. A estrutura do TCC compõe-se de:

I - Parte Pré-Textual:

- a) capa;
- b) folha de guarda;
- c) falsa folha de rosto;
- d) folha de rosto;
- e) folha de aprovação;
- f) folha de dedicatória, opcional;
- g) folha de agradecimento, opcional;
- h) epígrafe, opcional;
- i) errata, se necessária;
- j) sumário;
- k) índices, ou listas, de quadros, tabelas, figuras, fotografias, siglas, abreviaturas;
- l) resumo;

II - Parte Textual ou Corpo do Trabalho:

- a) introdução;
- b) revisão bibliográfica;
- c) fundamentos teóricos;
- d) definição do problema;
- e) metodologia;

- f) resultados;
- g) discussão dos resultados;
- h) conclusões;
- i) sugestões, se existentes;

III - Parte Pós-Textual:

- a) anexos, opcional;
- b) glossário, opcional;
- c) notas, opcional;
- d) referências bibliográficas;
- e) última capa.

Art. 24. O TCC deve ser digitado atendendo às normas contidas no Manual de Normas e Instruções Destinado aos Alunos.

Parágrafo único. Os seguintes requisitos deverão ser obedecidos quando da entrega dos 4 (quatro) exemplares à Coordenação do Curso:

- I - encadernação em capa dura, brochura ou espiral;
- II - a parte textual, ou corpo do trabalho, deve possuir, no mínimo, 30 páginas de texto escrito.

TÍTULO IV DA APRESENTAÇÃO E DA DEFESA

Capítulo I Da Banca Examinadora

Art. 25. A versão final do TCC é defendida pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, designados pela Coordenação do Curso.

§ 1º Pode integrar a banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outros cursos com interesse na área de abrangência da pesquisa, ou entre profissionais de nível superior que exerçam atividades afins com o tema do TCC.

§ 2º Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de falta ou impedimento.

Art. 26. A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§ 1º Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, a sua ausência deve ser comunicada, por escrito, à Coordenação do Curso.

§ 2º Não havendo o comparecimento de dois ou mais membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 27. Todos os professores do Curso podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do Coordenador do Curso.

Parágrafo único. Deve, sempre que possível, ser mantido equilíbrio no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando-se evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) bancas por semestre.

Capítulo II

42. Da Defesa do TCC

Art. 28. As sessões de defesa dos TCC são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido ao membro da banca examinadora tornar públicos os conteúdos e avaliações dos TCC antes de suas defesas.

Art. 29. O Coordenador do Curso deve elaborar calendário semestral fixando prazos

para entrega dos TCC, designação das bancas examinadoras e datas para realização das defesas.

§ 1º Quando o TCC for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo Colegiado do Curso.

§ 2º Não é admitido um segundo atraso, significando este a reprovação do trabalho.

Art. 30. Após a data limite para a entrega dos exemplares do TCC, o Coordenador do Curso divulgará a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinadas às suas defesas.

Art. 31. Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 15 (quinze) dias para procederem à leitura dos TCC.

Art. 32. Na defesa, o aluno tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho, cada componente da banca examinadora até 10 (dez) minutos para se pronunciar, e o aluno, mais 5 (cinco) minutos, no máximo, por cada membro da banca, para oferecer as respostas ou informações complementares solicitadas.

Capítulo III **Da Avaliação**

Art. 33. A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa.

§ 1º Utilizar-se-ão, para atribuição das notas, fichas individuais de avaliação, onde o membro da banca apõe suas notas para cada item a ser considerado.

§ 2º A nota de cada membro da banca examinadora será a média aritmética das notas atribuídas aos diferentes itens pelo examinador.

§ 3º A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 4º Para aprovação, o aluno deve obter nota final igual ou superior a 5 (cinco).

Art. 34. A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas respectivo e, em caso de aprovação, na cópia do TCC destinada à Biblioteca da FAFIC.

Art. 35. O aluno que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está, automaticamente, reprovado.

Art. 36. Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação, nos casos em que houver, definitiva.

§ 1º Se reprovado, fica a critério do aluno continuar, ou não, com o mesmo tema para o TCC e com o mesmo orientador.

§ 2º Optando por mudanças de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do trabalho de conclusão de curso, desde a primeira etapa.

§ 3º Decidindo continuar com o mesmo tema, ao aluno basta inscrever-se novamente.

Art. 37. Ao aluno cujo TCC haja sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo TCC, qualquer que seja a alegação, no semestre letivo em que ocorrer a reprovação.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Integra este Regulamento o Manual de Normas e Instruções Destinado aos

Alunos.

Art. 39. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Técnico-Administrativo CTA da FAFIC.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrário.

12. PRINCÍPIOS OPERACIONAIS DE AVALIAÇÃO

12.1. Avaliação do Curso Proposto

Com o objetivo de incentivar as discussões acerca da situação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis que será oferecido pela FAFIC, realizar-se-á regularmente uma avaliação interna, tendo como base os seguintes princípios operacionais: Diagnóstico Acadêmico Docente/Discente, Avaliação do Curso, Diagnóstico do Corpo Administrativo e Adequação do Curso aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC (INEP).

12.1. 1. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

O ENADE é um procedimento de avaliação desenvolvido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, que objetiva verificar o desempenho dos estudantes em relação ao conteúdo programático previsto para os cursos de graduação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Nesta perspectiva, a FAFIC buscará, por meio de ações acadêmicas, **auxiliar** os alunos acerca das competências, conhecimentos e habilidades que serão avaliados por ocasião da aplicação do ENADE.

12.1.2. Sugestões da CPA para Avaliação do Curso Bacharelado em Ciências

Contábeis

A avaliação do Curso de Ciências Contábeis e do seu Projeto Político Pedagógico realizar-se-á de acordo com o Projeto de Avaliação Interna, em consonância com o Regulamento da Avaliação Institucional contemplado no PDI, em parceria com a Direção e Coordenação do Curso e com participação da Coordenação de Estágio Supervisionado e da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os procedimentos de avaliação estão sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação da FAFIC, composta por membros do corpo docente, discente e técnico-administrativo e serão complementadas por outros processos avaliativos a serem desenvolvidos coletivamente na IES.

A avaliação propõe analisar o Bacharelado em Ciências Contábeis valorizando os parâmetros do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Os procedimentos avaliativos realizar-se-ão através de seminários e círculos de debates que objetivam criar um ambiente cognitivo e afetivamente aberto à avaliação e à reflexão, elegendo como indicadores temáticos a melhoria do ensino, a formação profissional, a responsabilidade social e a valorização do espírito cooperativo e ético. A análise dos dados e informações, organicamente coletados, nortearão as recomendações e a proposição de critérios e estratégias para eventuais reformulações do Curso. As atividades avaliativas adotadas estão definidas abaixo:

Diagnóstico Acadêmico – avalia a qualidade do ensino desenvolvido no Curso de Ciências Contábeis e o procedimento acadêmico de docentes e discentes. A avaliação é realizada semestralmente, em datas a seres fixadas pela Direção da IES. Tem como objetivo a coleta de informações (por meio de seminários, ciclos de debates e questionários) que permitam, em uma gestão de resultados, aplicar medidas corretivas em vista da melhoria da qualidade do ensino, proporcionar aos docentes um diagnóstico do seu desempenho em sala de aula e aos discentes uma visão do seu comportamento acadêmico. Este diagnóstico busca oferecer à IES o conhecimento das condições de ensino no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis para o encaminhamento de soluções adequadas aos problemas

identificados.

Avaliação do Curso – desenvolve-se a cada ciclo de avaliação, prevista no Projeto de Avaliação Interna da FAFIC e é regulamentada pelo Projeto de Desenvolvimento Interno – PDI. A avaliação terá como objetivo a melhoria da qualidade do Curso de Ciências Contábeis, por meio da sistematização do ensino, da pesquisa e da extensão para o aperfeiçoamento do processo de formação dos alunos. Considera-se como fundamental o autoconhecimento da IES sobre as condições do Curso por ela ministrado, tendo como eixo norteador as práticas discentes, docentes e administrativas com vistas à verificação da qualidade, alcance e cumprimento dos serviços que são prestados.

Adequação do Curso aos Padrões de Qualidade do MEC – A IES busca uma progressiva adequação do Curso de Ciências Contábeis aos níveis de qualidade apontados pelo MEC. Considerando a missão do Curso e da Instituição, a promoção, facilitação e comunicação do saber, mediante uma práxis transformadora da realidade, o procedimento da auto-avaliação permite manter ou corrigir o rumo das atuações de pessoas e órgãos que formam a FAFIC. Os diagnósticos e o acompanhamento de maneira articulada proporcionam à Direção e à Coordenação de Curso as condições para a apresentação de propostas e soluções que venham definir a melhoria dos padrões de qualidade e ajustamentos dos processos internos, bem como a promoção de serviços que satisfaçam a comunidade maior, onde a IES está inserida.

13. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

As diretrizes pedagógicas adotadas pelo Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FAFIC requerem a utilização de um laboratório para o suporte de algumas disciplinas, notadamente as disciplinas profissionalizantes ou técnicas. Trata-se de uma exigência instrumental, na medida em que sintoniza os alunos com os mais recentes aportes tecnológicos voltados ao convívio prático das empresas. Considerando as necessidades acima expostas, segue a descrição de equipamentos e recursos de utilização do Laboratório de Informática:

Descrição do Software instalado

- Sistema operacional Linux;
- Suíte “Office” (Editor de texto, planilha eletrônica, editor de apresentações, desenho vetorial);
- Sistema de controle contábil acadêmico – FORTES INFORMÁTICA
- Sistema de controle de contabilidade pública - PUBLICSOFT
- Navegador para internet.

Equipamentos (Hardware instalado e outros)

- 01 Servidor Dell PE T410 Xeon 5530 com 6G RAM e array em Raid1 250G;
- 01 conjunto de segurança contra falhas de energia com autonomia de 2 horas para o servidor;
- 25 Celerom 2.13 (Terminais com processamento remoto);
- 05 ThinClients (Terminais com processamento remoto);
- 30 monitores de 15”;
- 30 teclados ABNT2;
- 30 “mouses” ;
- 30 estabilizadores 300 watts;
- 02 switch 24 portas 10/100 mbits + 2 portas gigabit;
- 01 impressora Laser.

Móveis e utensílios

- 32 cadeiras estofadas para digitadores;
- 04 bancadas para 30 computadores com 22,10 m x 75 cm;
- 01 quadro branco;
- 01 condicionador de ar;

Infra-estrutura

- sala climatizada com uma área de 10,30 m² x 7,00 m²
- cabeamento estruturado – rede de computadores;

43.14. SUPORTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO

a. Pessoal Administrativo

- 01 Diretor da Instituição
- 01 Vice-Diretor
- 01 Secretário(a) Geral
- 01 Coordenadora Pedagógica
- 01 Psicóloga
- 01 Coordenador(a) de Curso
- 01 Secretária de Coordenação de Curso
- 01 Bibliotecária
- 02 Auxiliares de Biblioteca
- 02 Auxiliares de Secretaria
- 01 Contador
- 01 Tesoureiro
- 01 Auxiliar de tesouraria
- 03 Auxiliares de Serviço

b. Instalações Físicas

Para o funcionamento do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis existem as seguintes instalações físicas:

- 13 Salas de aula com capacidade variada de 20 a 50 alunos, dentro dos padrões técnicos de ventilação e luminosidade natural e artificial.
- 01 Sala para Diretoria
- 01 Sala para Secretaria Geral
- 01 Sala para Tesouraria
- 01 Sala para Coordenação Pedagógica
- 01 Sala para o PAPIES - Psicóloga
- 01 Sala para Coordenação e Secretaria do Curso
- 01 Biblioteca, equipada com acervo, mesas para trabalhos em grupo e cabines

individuais de estudo

01 Sala comum para docentes

01 Sala de estudo para docentes, com 1 computador completo e ligado, permanentemente, à internet, mais uma impressora, 4 birôs com cadeiras, 1 armário em aço e 1 estante em aço

01 Sala para laboratório de informática equipada com 25 micro-computadores, ligados à internet e que serão colocados à disposição dos alunos

01 Sala para laboratório de Estágio Contábil

01 Sala para Empresa Júnior

01 Santuário para atividades religiosas

01 Auditório com 433.74m

01 Sala de vídeo

01 Mecanografia

01 Rampa interna de acessibilidade ao primeiro andar para portadores de necessidades especiais

02 Instalações sanitárias, completas, destinadas ao uso exclusivo de docentes e funcionários

04 Conjuntos de instalações sanitárias, completas, destinadas ao uso dos alunos (masculinos e femininos)

01 Instalação sanitária, completa, destinada a portadores de necessidades especiais

01 Sala para depósito dos meios auxiliares de ensino

01 Cantina

Quadra para atividades esportivas

Área de convivência.

44.15. BIBLIOTECA

A Biblioteca da FAFIC que irá atender ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis está dividida em três ambientes: acervo, cabines individuais de estudos, sala de leitura e sala de administração, dispendo de livros, periódicos, monografias, folhetos, obras de referência, fitas de vídeo, DVDs, entre outros documentos.

Os serviços da Biblioteca são franqueados aos professores, alunos e demais funcionários da Faculdade, de acordo com as normas regulamentares próprias.

1. Contratos de Cooperação Técnica e Científica

A Biblioteca da FAFIC, buscando prestar um melhor atendimento à sua clientela, mantém Contratos de Cooperação Técnica e Científica com as bibliotecas do Centro de Formação de Professores de Cajazeiras - UFCG, do Seminário Nossa Senhora da Assunção e do Instituto de Filosofia Verdade e Vida, todas sediadas em Cajazeiras – Paraíba.

2. Política de Atualização do Acervo

Com vistas à expansão do acervo, a Biblioteca da FAFIC elaborou um plano que estabelece as diretrizes para aquisição de títulos, de maneira técnica e sob critérios acadêmicos e que obedece à seguinte sistemática:

1. Títulos das bibliografias básica e complementar das disciplinas:

- levantamento estatístico dos títulos objetos de maior demanda;
- verificação das características desta demanda: se satisfeita ou insatisfeita;
- estimativa das quantidades dos diferentes títulos que deverão ser adquiridos para atendimento à demanda;
- indicação, em formulário próprio, pelos professores, de novos títulos a serem adquiridos com a indicação do número de exemplares;
- editados, ou não, recentemente acompanhada da sugestão do número de exemplares a adquirir;
- relação para compra (considerando, entretanto, que alguns títulos poderão estar esgotados, proceder-se-á às substituições por novas indicações dos professores);
- aquisição;
- catalogação;
- indicação, em formulário próprio, pelos professores, de títulos de novos periódicos que versem sobre matérias referentes às disciplinas básicas;
- aquisição de assinaturas destes periódicos.

3. Informatização

A Biblioteca do Curso de Licenciatura em Filosofia encontra-se em processo de informatização. O *software* possibilita o cadastramento de livros e periódicos e a pesquisa ao banco de dados do acervo.

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA

CAPÍTULO I

Das Finalidades e Objetivos

Art, 1º A Biblioteca da FAFIC, dirigida por um Bibliotecário, funciona como suporte pedagógico da Instituição e tem, como finalidades principais, o incentivo à leitura, o estímulo à pesquisa bibliográfica e científica, e a orientação de estudos e consultas.

Parágrafo único. Os serviços da Biblioteca são franqueados aos professores, alunos e demais funcionários da Unidade, de acordo com as normas aprovadas pela Diretoria.

Art, 2º São objetivos da Biblioteca:

- desenvolver atividades de coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informação;
- apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão;
- selecionar e adquirir material bibliográfico e documental que interesse ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- efetuar os registros que permitam assegurar o controle e a avaliação do material bibliográfico;
- tratar o material documental de acordo com os processos técnicos adotados;
- fazer circular, para fins de disseminação de informações, junto aos usuários, as coleções bibliográficas;
- oferecer um serviço de documentação e informação para apoio aos programas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

45. CAPÍTULO II

Da Estrutura Administrativa

Art. 3º A Biblioteca é subordinada, hierarquicamente, à Diretoria da FAFIC.

Art. 4º A Diretoria da Biblioteca é exercida por um bibliotecário registrado no respectivo Conselho Regional profissional.

CAPÍTULO III

Da Organização Administrativa

Art. 5º Os trabalhos técnico-administrativos na Biblioteca são realizados através dos setores seguintes:

- Desenvolvimento do Acervo;
- Processos Técnicos;
- Manutenção do Patrimônio;
- Serviços ao Usuário;
- Circulação;
- Periódicos;
- Multimeios;
- Informações.

§ 1º São atividades do Setor de Desenvolvimento do Acervo:

- determinar critérios e selecionar material com base nas necessidades do corpo docente e discente do material documental e de informática a ser adquirido, verificando sua existência nas coleções;
- organizar e manter atualizados os registros referentes a encomendas e compras;
- organizar e manter atualizado o catálogo de editoras;
- encaminhar à Diretoria da FAFIC as solicitações de compra;
- manter relações constantes com fontes de publicações oficiais a fim de recebê-las de modo contínuo;
- elaborar critérios para doações;
- executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 2º As atividades do setor de Processos Técnicos são:

- catalogar, segundo os métodos mais adequados, o material documental e de informática;
- organizar e manter os catálogos e bases de dados que se fizerem necessários à difusão das coleções e outros de natureza auxiliar;
- definir as normas gerais de rotinas específicas de catalogação;
- classificar o material documental de acordo com os sistemas adotados;
- preparar o material documental para inserção nas estantes;
- normatizar as publicações editadas pela FAFIC;
- executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 3º São atividades do Setor de Manutenção do Patrimônio:

- organizar e manter os registros de entrada do material adquirido pela Biblioteca;
- zelar pela guarda e conservação do material adquirido;
- executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 4º As atividades do Setor de Serviços ao Usuário são:

- auxiliar os leitores na aquisição do conhecimento dos métodos mais efetivos de utilização do material existente na Biblioteca e dos serviços que esta põe a sua disposição;
- elaborar normas gerais e rotinas específicas para a execução do serviço de referência;
- colaborar na seleção do material a ser adquirido;
- promover a publicidade das coleções e dos serviços prestados pela Biblioteca;
- programar e organizar exposições;
- fornecer informações solicitadas pessoalmente, por telefone, fax, ou correspondência;
- localizar documentos solicitados;
- coletar estatísticas de cada serviço;
- executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 5º O Setor de Circulação tem como atividades:

- elaborar e propor normas do empréstimo individual, interpretá-las, tendo em vista sua aplicação, e cumpri-las;
- encaminhar o material documental às estantes;
- organizar e manter registros de empréstimos do material documental;
- efetuar os serviços de reserva do material documental;
- fazer a cobrança do material documental emprestado e não recebido no prazo devido;
- propor e aplicar, uma vez aprovado, o sistema de multas pela devolução atrasada do material documental;
- efetuar a cobrança, aos responsáveis, de importâncias referentes ao material extraviado;
- organizar e manter atualizado o cadastro de leitores;
- executar a reposição do material documental devolvido;
- executar outras atividades pertinentes à circulação.

§ 6º As atividades do Setor de Periódicos são:

- registrar os fascículos e volumes dos periódicos recebidos pela Biblioteca, por compra, doação ou permuta;
- verificar os periódicos cujas assinaturas se fazem necessárias, ou os títulos cujas assinaturas devem ser suspensas;
- fazer listas de falhas de coleções, para aquisição;
- indicar o material a ser encadernado;
- executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 7º O Setor de Multimeios desenvolve as seguintes atividades:

- catalogar e classificar o acervo do material incluindo fotocópias, filmes, gravuras, fitas de áudio, fitas de vídeo, disquetes, CD-Roms e outros materiais de natureza similar;
- executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 8º São atividades do Setor de Informações:

- atender os usuários da Biblioteca, orientando-os na preparação de referências bibliográficas, monografias, boletins e outros trabalhos;

- efetuar buscas bibliográficas, visando auxiliar os usuários da Biblioteca na localização de literatura especializada sobre temas claramente definidos;
- executar atividades pertinentes à disseminação de informação;
- executar outras atividades pertinentes ao setor.

CAPÍTULO IV

Do Empréstimo

Art. 6º São os seguintes os prazos de empréstimo:

para professores:

- livros novos e/ou de grande demanda e de exemplar único: pernoite - das 8h às 08h, ou fim de semana - das 08h da sexta às 8h da segunda feira;
- demais livros: 10 dias úteis;

para alunos e pessoal técnico-administrativo:

- livros novos e/ou de grande demanda e de exemplar único: pernoite - das 08h às 08h, ou fim de semana - das 08h da sexta às 8h da segunda feira;
- demais livros: 05 dias úteis.

CAPÍTULO V

Do Extravio e das Multas

Art. 7º O livro, uma vez emprestado, passa à inteira responsabilidade do usuário.

Art. 8º Na eventualidade de extravio, o fato deve ser comunicado de imediato à Biblioteca que adotará as seguintes providências:

- cobrança, ao usuário, do valor do exemplar extraviado;
- cobrança da multa regulamentar caso o pagamento do valor do exemplar ocorra após a data estipulada para a devolução do exemplar emprestado.

Parágrafo único. A cobrança do valor de que trata o inciso I poderá ser dispensada, caso o usuário adquira e entregue um novo exemplar do livro extraviado.

Art. 9º Por dia de atraso na devolução de cada livro será cobrada, de qualquer

usuário, a multa de R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art, 10. Não é permitido o empréstimo de qualquer periódico.

Art, 11. Os disquetes, CD-Roms e equipamentos de projeção somente poderão ser emprestados aos professores.

Art, 12. O horário de funcionamento da Biblioteca é, de segunda a sexta feira, das 08 às 11 horas e das 18h às 22h.

Art, 13. Qualquer alteração neste Regulamento somente poderá ser feita pela Direção da FAFIC.

Art, 14. Este Regulamento entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.